

Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934) **

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, antes de se ser metalúrgico, era-se caldeireiro ou serralheiro. Quando aplicado aos operários oitocentistas que trabalhavam o ferro, o termo *metalúrgico* é, em rigor, anacrónico. Os metalúrgicos formavam, e viam-se a si próprios como formando, um grupo heterogéneo. A sua identificação fundamental era com o ofício. Só com a criação, em 1919, do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa conseguiram superar as barreiras do corporativismo tradicional. Para o período anterior, e para efeitos do presente estudo, considereei todavia metalúrgico todo aquele que ganhava a vida nos ofícios que, na década de 1890, se unem na Confederação Metalúrgica, isto é, serralheiros, fundidores, maquinistas fluviais, caldeireiros, pregueiros e fogueiros.

Estudar os metalúrgicos é difícil. A indústria é muito diversificada, o seu desenvolvimento complexo, a tecnologia sofisticada. Optei por uma dupla limitação: centrei este estudo na fracção mais moderna da classe e, tanto quanto possível, limitei-o a Lisboa¹. Dada a extrema variedade de situações dentro do sector, pareceu-me que esta escolha se justificava.

Noutras monografias analisei um grupo de operários habitando uma vila monindustrial (os vidreiros da Marinha Grande) e trabalhadores qualificados pertencendo a uma indústria tradicional (os chapeleiros)². Ainda dentro deste mundo «aristocrático», faltava estudar um grupo relativamente privilegiado, urbano, trabalhando numa indústria moderna. Escolhi os metalúrgicos de Lisboa.

Três aspectos me interessam em particular: a forma como estes operários reagiram ao desenvolvimento da indústria, a sua organização e lutas e, por fim, a sua relação com o sistema formal de representação política³.

* GIS/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Para este trabalho, levado a cabo no âmbito do Instituto de Ciências Sociais, recebemos também apoios do GEBEI (Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial) e da Fundação Gulbenkian.

¹ Os jornais metalúrgicos que encontramos na Biblioteca Nacional são todos de Lisboa, o que não deixa de ser significativo. Na Biblioteca Municipal do Porto existe um jornal de metalúrgicos (*O Vulcano*, Porto, 1923), mas saiu durante um período muito curto.

² M. Filomena Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, 1979, e «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», *ibid.*, n.º 67/69, 1981. Seguidamente, e a terminar, estudaremos os operários da têxtil algodoeira.

³ Este tema tem sido muito pouco estudado em Portugal. Neste artigo apenas o abordaremos, porque o tópico não se presta a tratamento monográfico. Penso tratar o assunto com mais profundidade num livro a publicar brevemente.

Os operários metalúrgicos de Lisboa eram, como veremos, operários relativamente bem pagos, masculinos, trabalhando em fábricas modernas. Se partilhavam alguns dos problemas e atitudes dos seus colegas da província, os metalúrgicos da capital distinguiam-se por fazerem parte de uma velha cultura urbana, democrática e jacobina⁴. Como os seus companheiros de Guimarães, eram assalariados e trabalhavam o metal: mas viam o mundo através de outros olhos. A cidade dava-lhes jornais, sindicatos, comércio, instrução e, por fim, a proximidade do poder político.

I – UMA INDUSTRIALIZAÇÃO IMPOSSÍVEL?

1. AS REIVINDICAÇÕES DOS OPERÁRIOS

«De ferro e aço são a enxada e a charrua com que cavamos e lavramos a terra que nos fornece a alimentação.» Não são camponeses que nos falam, mas metalúrgicos. E acrescentam: «De ferro e aço são os caminhos-de-ferro e as locomotivas que nos conduzem velozmente através da terra.»⁵ Fascinados com a industrialização estrangeira, a lentidão do processo em Portugal parece-lhes particularmente chocante.

Já muitos anos antes, e por várias vezes, os metalúrgicos se haviam movimentado para que os poderes públicos fizessem qualquer coisa pelo desenvolvimento do sector. Em 1909, na resposta a um inquérito oficial, descreviam a situação nos seguintes termos:

Esta indústria não vive, quando muito, vegeta. A exiguidade de mercados, a falta de coragem em arriscar capital, criando fábricas; a nenhuma instrução profissional, a política de campanário, pretendendo conservar os votos das aldeias e campos e diversas outras razões, são causas e origem da insignificância da indústria metalúrgica em Lisboa. De resto, o nosso país não é nem industrial nem agrícola, é, quando muito, consumidor comercial⁶.

Em 1919, um articulista de *A Batalha* lamentava-se:

Não fabricamos mais do que uns aparositos rudimentares e o resto são concertos de ferreiros de aldeia, tudo acabado com uma tal imperfeição, de tal modo atamancado, tosco, primitivo, que mais parece tratar-se das primeiras tentativas do homem para trabalhar os metais⁷.

Obviamente polémica, a afirmação não deixa de relembrar o atraso do sector, reconhecido por amigos e inimigos.

Anos depois, em 1933, não era diferente a opinião expressa no jornal clandestino *O Metalúrgico*:

A indústria metalúrgica, não só em Lisboa, como no resto do País, é fraquíssima.

⁴ Ver o que sobre os operários de Paris escrevia G. Duveau na sua obra clássica *La Vie Ouvrière en France sous le Second Empire*, Paris, Gallimard, 1946.

⁵ *A Batalha* de 7 de Março de 1921.

⁶ *Resposta ao Questionário Industrial Formulado pelo Ministro das Obras Públicas*, Lisboa, Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos de Lisboa, 1910.

⁷ *A Batalha* de 5 de Dezembro de 1919.

E, um pouco surpreendentemente, dada a doutrina do jornal, o articulista apela ao Estado e ao patronato para que desenvolvam a metalurgia:

Esta situação poderia modificar-se se, da parte do industrialismo e do Estado burguês, houvesse vontade de desenvolvê-la, de forma a evitar aos operários portugueses o vexame de apenas lhes ser destinado o papel de reparar o trabalho feito pelos operários metalúrgicos estrangeiros⁸.

A indústria era, pois, insignificante e atrasada, sendo o dever dos governantes contribuir para a sua expansão. Mas, como veremos, nenhum regime podia dar aos metalúrgicos o que eles pediam, ou seja, uma indústria em expansão, que lhes assegurasse o emprego.

Produtores de máquinas, não espanta que estes operários se distinguissem pelo entusiasmo pela industrialização. As páginas dos seus jornais são disso testemunho. Sonham com projectos siderúrgicos, discutem a localização de altos fornos, estudam as últimas invenções tecnológicas, traduzem manuais estrangeiros e extasiavam-se com a máquina a vapor de 80 cavalos que em 1896 estava a ser construída na Empresa Industrial Portuguesa. Por várias vezes, propõem a construção da ponte sobre o Tejo⁹. Em momentos de alguma prosperidade louvavam até os patrões que investem e inovam.

Vale a pena ler com atenção a tese intitulada «A intensificação e desenvolvimento da metalurgia pela introdução da siderurgia no País», apresentada ao Congresso Metalúrgico de 1921, em que, depois da afirmação de que «a metalurgia é a base de todo o progresso material da humanidade» e «o progresso e a prosperidade dos povos estão na razão directa do desenvolvimento da indústria da metalurgia», se advoga a sua expansão rápida. Ao contrário de tantos outros trabalhadores ameaçados pela mecanização, para os metalúrgicos a máquina era um bem. A mensagem que *A Batalha* transmite, de que aos operários convém que «O progresso siga a sua rota grandiosa», é por eles aceite¹⁰. É verdade que quem ali escreve são dirigentes mais permeáveis, como vimos no caso dos chapeleiros, à convicção de que o progresso era um benefício indiscutível¹¹. No entanto, é interessante que, no caso dos metalúrgicos, jamais apareça a argumentação contra «actos selvagens» antimáquinas. Nalguns sectores, como os da pregaria ou cutelaria, a mecanização desqualificava os operários; havia, contudo, ramos importantes onde, pelo contrário, a modernização os favorecia. A diversidade de situações dentro da indústria e o facto de serem os operários do sector moderno os mais bem organizados fizeram com que os preguiçosos do Norte não tivessem canais para exprimir o seu descontentamento: ao nível ideológico, o que transparece é um hino ininterrupto ao progresso, sem homilias aos irmãos extraviados por maus caminhos.

Desde cedo defendem a utilização da energia hidreléctrica¹². Num artigo publicado em 1928, *O Eco Metalúrgico* lembra que, se a posse e a localização do carvão tinham passado a ser um factor determinante do desenvolvimento em certa fase da revolução industrial, esse privilégio fora destruído pela descoberta da energia hidreléctrica:

Eis que aparece a turbina hidráulica, e então, no campo industrial como no social, desaparece o rei para dar lugar à democratização da indústria¹³.

⁸ *O Metalúrgico*, n.º 8, Junho 1933.

⁹ Ver, por exemplo, *O Eco Metalúrgico* de 12 de Fevereiro de 1928.

¹⁰ *A Batalha* de 2 de Abril de 1921.

¹¹ Ver M. Filomena Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», cit.

¹² Ver as teses ao Congresso Metalúrgico de 1921 (*A Batalha* de 7, 8, 11, 12, 14 e 15 de Março de 1921).

¹³ *O Eco Metalúrgico* de 30 de Dezembro de 1928.

Sendo Portugal um país riquíssimo em quedas de água, a sua não utilização era considerada um crime económico. Em 1928, *O Eco Metalúrgico* reconhecia que só a intervenção do Estado podia, neste sector, desenvolver a indústria e impedir que a Inglaterra nos continuasse a colonizar:

Portugal [...] tem sido economicamente um vassalo de Inglaterra, e tem sido por isso que a sua indústria tem sido sempre deficitária do carvão de Cardiff. Pois ainda agora que a ciência, num lampejo democrático, abriu os seus braços a todos os pequenos países, continua-se a enviar barra fora um milhão e quinhentas mil libras do carvão importado.

Mais adiante interroga-se:

Sabem qual é a potência hidreléctrica susceptível de aproveitar-se no continente português?

Para logo acrescentar:

Nós bem sabemos que a iniciativa particular, em Portugal pelo menos, só se balança às grandes empresas depois de praticamente contar com exagerado lucro certo. E por isso é que só nos resta pedir a intervenção do Estado para substituir os rasgos da iniciativa particular.

Um pouco arrependidos, ainda dizem:

Só nos resta pedir, não! Ao proletariado metalúrgico compete embrenhar-se no assunto, formar opinião e reclamar muito activamente. Senhores do Governo: aproveite-se o caudal inesgotável da força motriz hidreléctrica e construa-se sem delongas a rede eléctrica nacional¹⁴.

Os metalúrgicos consideravam que se devia desenvolver rapidamente o País, o que implicava, entre outras coisas, mecanizar a agricultura, política que, ao criar um mercado para o que produziam, os iria directamente beneficiar. As estatísticas de importação de máquinas são por eles cuidadosamente analisadas. A pretexto do ouro que saía do País para as pagar, escrevem patrióticas frases:

Sim, senhores governantes! Sejam quais forem os interesses materiais que alguns de vós tendes ligados às casas importadoras, nós, os trabalhadores conscientes, [...] não podemos conceber que os senhores que permanentemente arrojam patriotismo, não só não procurem desenvolver as indústrias nacionais, como ainda ponham obstáculos àqueles que porventura as queiram desenvolver.

Estranham, com alguma retórica, a ausência de uma política de fomento que devia interessar sobretudo a burguesia: «E é tanto mais inconcebível e estranhável esse procedimento, quanto é certo que quem mais vinha a lucrar com o desenvolvimento industrial e o engrandecimento económico do País eram precisamente os senhores dirigentes», acabando por reconhecer que, embora de forma subalterna, tal política também daria algumas migalhas aos operários:

Embora a maior parte dele [ouro] fosse para as classes dirigentes se banquetear, sempre havia de atenuar um pouco a miséria e a fome que lavram nos lares proletarianos¹⁵.

¹⁴ *O Eco Metalúrgico* de 30 de Dezembro de 1928.

¹⁵ *A Batalha* de 3 de Agosto de 1921.

No após-guerra, e na expectativa de uma revolução iminente, os metalúrgicos ressuscitam o tema da instalação de uma siderurgia¹⁶. A forma como consideram a luta entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é interessante. A este propósito, *A Batalha* escreve:

Os povos que não procuram bastar-se a si próprios podem fazer a revolução dos trabalhadores, podem fazer quantas revoluções quiserem, que nunca serão independentes, que nunca serão verdadeiramente livres! Povo que não produza o suficiente para o seu consumo, povo que tenha de ser importador, há-de ser sempre escravo dos povos exportadores, dos povos que se bastam a si próprios e aos outros¹⁷.

A sua visão do internacionalismo proletário é bastante céptica:

Por mais que se desenvolva a solidariedade internacional, [...] os povos activos e trabalhadores nem sempre estarão dispostos a auxiliar os povos inactivos e indolentes.

E termina lembrando que não há revolução que possa perdurar sem riqueza:

Quanto mais prósperas e desenvolvidas estiverem as indústrias nacionais ao dar-se o facto revolucionário, tanto melhor para nós; revolução que não garanta um melhor bem-estar económico, uma mais completa satisfação de todas as necessidades das massas, é revolução condenada a fracassar ou, pelo menos, a estacionar.

A criação de uma siderurgia e, globalmente, a industrialização estavam no centro das suas reivindicações. No presente criavam postos de trabalho, no futuro tornariam próspera a revolução.

2. A CONCORRÊNCIA ESTRANGEIRA

Todo o minério de ferro consumido em Portugal chegava transformado, fundido ou forjado. Não se fundia ferro no País. A metalurgia pesada era também importada. Os caminhos-de-ferro vieram do estrangeiro, como quase todas as grandes obras, das coberturas metálicas às vigas para pontes¹⁸.

A rede de transportes, criada na segunda metade do século passado, fora substancialmente financiada, numa primeira fase, por capitais privados ingleses

¹⁶ Planos de siderurgia não faltaram, desde o do Eng. Rego Lima ao da Ribatejo Proprietary Company ou do Eng. Geraldo Coelho de Jesus. Ver G. Coelho de Jesus, *Bases para Um Plano Industrial*, Lisboa, Núcleo de Acção Nacional, 1919. Quanto ao projecto da Ribatejo Proprietary Company, chegou a estar aprovado por lei em 14 de Abril de 1917, mas, celebrado o contrato, a Companhia não arranhou o capital necessário.

¹⁷ A defesa de uma política de desenvolvimento autárquico não é partilhada por todo o movimento operário. Um dirigente tão importante como J. Carlos Rates opõe-se-lhe e levanta dúvidas quanto às possibilidades da instalação de uma siderurgia em Portugal, não possuindo o País carvão e sendo o nosso minério de ferro muito deficiente. Citando o caso da metalurgia em Itália, duvida das possibilidades de se fazer o mesmo em Portugal. Ver *A Batalha* de 26 de Abril de 1919.

¹⁸ Apesar de tudo, as oficinas de reparações dos Caminhos-de-Ferro vieram a constituir concentrações operárias importantes. Ver Silveira Malheiro, «Tecnologia e economia industrial: as indústrias metalomecânicas em Portugal», in *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais* de 21 de Junho de 1950, e *Roteiro das Pontes Metálicas do Vale do Tejo*, Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, 1981.

e franceses e depois por alemães¹⁹. Outros serviços essenciais, como o gás, a água, a electricidade e o telefone, eram propriedade de companhias estrangeiras. Do estrangeiro nos vieram as pontes: a Companhia Eiffel fabricou a Ponte de D. Maria, no Porto, e a ponte de Viana do Castelo, ambas inauguradas em 1877; a Ponte D. Luís, também no Porto, planeada por um sócio da Eiffel, era entretanto edificada por um construtor belga.

Os grandes edifícios, incorporando importantes estruturas de ferro, foram quase todos obras de estrangeiros, no financiamento, nos projectos, no material: o Palácio de Cristal, do Porto, e a Estação de Santa Apolónia, de Lisboa, o Coliseu dos Recreios e a Sociedade de Geografia. Até os portões da gare do Rossio vieram das oficinas Milinaire Frères, de Paris. Este panorama esmagador só ocasionalmente é entrecortado por alguns edifícios feitos em Portugal. O elevador de Santa Justa, construído em 1902 pela firma Dargent, é um exemplo; os Grandes Armazéns Grandella, outro²⁰.

A história da construção e reconstrução do Mercado da Praça da Figueira é ilustrativa da substituição de materiais nacionais por estrangeiros. Construído por ordem do marquês de Pombal, após o terramoto, o Mercado vem a necessitar, em 1835, de algumas reparações e aperfeiçoamentos, entre os quais um poço. Para ele constrói J. Pedro Colares uma bomba aspirante, enquanto o serralheiro Gaspar Tibúrcio de Carvalho fornece em 1849 todo o gradeamento que passou a circundar o recinto. Quando, nos finais da década de 1880, o Governo decide reconstruir o Mercado, à indústria nacional só são entregues os trabalhos de alvenaria. As construções de ferro, das quais a mais importante era a cobertura metálica, foram encomendadas a uma firma alemã. Os próprios candeeiros que, na noite de 16 de Maio de 1885, aluminiaram as danças populares na festa de inauguração tinham marca estrangeira²¹.

Era sobretudo o facto de o Estado português, dono de um arsenal com tradições, mandar fazer lá fora os navios que mais escândalo causava. É muito discutível se a modernização da nossa frota poderia jamais ter sido a oportunidade óptima para o arranque da metalurgia. Para muitos contemporâneos não havia dúvidas²². Para os patrões e operários metalúrgicos, cada navio encomendado ao estrangeiro era um crime de lesa-pátria²³.

Com a retirada da Corte para o Brasil, a Marinha portuguesa ficara muito defraudada. Em 1824, o País dispunha apenas de 2 naus, 7 fragatas, 7 corvetas, 10 briges e 6 charruas. Pouco depois compravam-se em Inglaterra os nossos 2 primeiros navios a vapor, a *Napier* e a *Terceira*, vendendo-se ou inutilizando-se alguns dos antigos. Em 1875 comprava-se 1 couraçado (o *Vasco da Gama*), também em Inglaterra. O Arsenal apenas construía um tipo de navios, as canhoneiras, de madeira e ferro, movendo-se pela acção do vento e do vapor, muito inferiores, em tonelagem e armamento, às corvetas. Apesar da extensão da costa a patrulhar nas colónias, a nossa marinha de guerra mantinha-se pobre²⁴. Num

¹⁹ A. Lopes Vieira, «Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na segunda metade do século XIX», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, Janeiro-Junho de 1981, e Magda Pinheiro, «Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na 2.ª metade do século XIX», in *Análise Social*, n.º 58, 1979.

²⁰ *Arquitectura de Engenheiros (Século XIX e XX)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, e *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais* de 28 de Junho de 1961.

²¹ Carlos Pereira Calisto, «Nascimento, vida e morte do Mercado da Praça da Figueira», in *Diário de Notícias* de 14 de Novembro de 1981. Ver ainda *Indústria Portuguesa*, n.º 3, 1928, e o artigo de J. Mendes Leal em *Indústria Portuguesa*, n.º 143, 1940.

²² Ver o que sobre o caso espanhol escreve J. Nadal, *El Fracaso de la Revolución Industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, Ariel, 1975.

²³ Ver, por exemplo, *O Eco Metalúrgico* de 19 de Abril de 1896 e a representação ao ministro da Marinha publicada no mesmo jornal, a 12 de Julho de 1896.

²⁴ Ver o artigo «Marinha de guerra», in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, e Carlos Amorim Loureiro, *Estaleiros Navais Portugueses*, vol. 1: *Arsenal da*

dos artigos de «As farpas», publicado em Julho de 1871, Eça de Queirós satirizava o Arsenal. Depois de contar as várias desventuras das 8 corvetas que constituíam a nossa esquadra e a compra da podre *Hawks*, relata as vicissitudes do Arsenal aquando da construção de uma lancha a vapor:

Lança-se [a lancha] ao Tejo, alegria nacional, colchas, foguetes, bandeirolas... É a lancha não anda! Dá-se-lhe toda a força, geme a máquina, range o costado — e a lancha imóvel! Mas de repente faz um movimento... Alegria inesperada, desilusão imediata! A lancha recuava. [...] O Arsenal tinha feito uma lancha a vapor que só podia avançar puxada a bois. O País riu durante um mês²⁵.

Os operários pouca graça terão achado.

Em 1896, o Governo convida para dirigir o Arsenal um francês, o Eng. Cro-neau, com o objectivo de modernizar o fabrico. Constrói-se o cruzador *Rainha D. Amélia* e pouco mais. Ao contrário do que sucedera em Espanha, onde, na década de 1880, o Governo aprovara um programa de apoio à construção naval, em Portugal continuou-se a importar todo o material de que a Marinha necessitava²⁶. As excepções são significativas²⁷: em 1893, em plena euforia nacionalista, a Comissão da Grande Subscrição Nacional decide encomendar à Parry & Son a construção de um navio de aço destinado a salvar as colónias das garras inglesas. Não foi um raciocínio económico que funcionou, mas factores de ordem emocional.

Sempre que corriam rumores de que o Governo ia comprar um navio, os metalúrgicos transformavam-se nos mais genuínos intérpretes do patriotismo²⁸. Por exemplo, em 1895, quando são encomendados 3 cruzadores e 1 rebocador, os operários lamentam que o salutar ódio à velha aliada tão depressa tivesse desaparecido.

Fundamentalmente, os operários pretendiam que todo o trabalho de que o Estado necessitasse fosse feito no País, tendo, em 1889, chegado a afirmar que «as classes operárias, privadas do trabalho do Estado, não podiam subsistir»²⁹. Nesse mesmo ano, também os patrões, tendo-se organizado numa Associação Promotora da Indústria Metalúrgica, haviam pedido ao Parlamento medidas de protecção para o sector e a aprovação do projecto de lei que, no ano anterior, Oliveira Martins apresentara, no qual se determinava que os concursos para as encomendas públicas fossem abertos apenas entre fabricantes portugueses³⁰.

Marinha. Lisboa, 1960. A marinha mercante atravessou, durante o século XIX, uma fase de estagnação. Ainda se tentaram criar algumas companhias nacionais para as carreiras das Ilhas e África, mas sem êxito. Em 1880 organizava-se a Empresa Nacional de Navegação, para o tráfego com Angola, mantendo-se os contactos com Moçambique até tarde nas mãos de estrangeiros. Só em 1903, depois de ter recebido um subsídio estatal, a Companhia Nacional de Navegação estende as suas carreiras até esta costa. No princípio do século, a situação da marinha mercante não melhorara: Dos 630 navios à vela e a vapor existentes em 1906, só 22 possuíam uma tonelagem superior a 900. Ver *General Report on Portugal for the Year 1906*, Public Record Office, FO 881/8855.

²⁵ Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello, edição de 1969, pp. 134-137.

²⁶ Em 12 de Janeiro de 1887 foi aprovada em Espanha a Lei da Construção da Esquadra. Apesar de ter suscitado muitas críticas, esta política foi prosseguida com a aprovação, em 1908, de um segundo programa naval, que contribuiu para uma notável expansão da indústria metalúrgica. Ver J. Nadal, *op. cit.*

²⁷ Anteriormente, algumas empresas particulares tinham feito também encomendas à indústria de construção naval portuguesa, como, por exemplo, o conde de Burnay, que em 1860 encomendava à Parry & Son um navio de ferro para as carreiras do Tejo. Ver Carlos Amorim Loureiro, *Estaleiros Navais Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1965.

²⁸ Ver, por exemplo, *O Eco Metalúrgico* de 16 de Janeiro de 1896.

²⁹ *Diário da Câmara dos Deputados* de 2 de Março de 1889.

³⁰ *Ibid.*, de 13 e 26 de Abril de 1889.

Em 11 de Março de 1907, os metalúrgicos de Lisboa reúnem de novo e decidem consultar os industriais para, conjuntamente com eles, apresentar uma moção pedindo ao Governo que encomendasse os navios à indústria nacional. O movimento alarga-se ao Porto, que envia uma delegação de operários e industriais do sector, acompanhada pelo governador civil e pelo presidente da Associação Industrial Portuense, lamentando-se este último, na reunião com João Franco, de que os governos jamais tivessem em conta os interesses dos produtores e atendessem apenas aos desejos da lavoura e do comércio.

Noutro trabalho analisámos já a luta pelo protecçãoismo e os apelos ao Estado feitos conjuntamente por operários e patrões³¹. No sector da metalurgia, os operários dependiam do Estado duma maneira muito especial: este não intervinha só, como na chapelaria, a título de regulador económico, era também um freguês importante. E, como freguês, não lhe interessava comprar barcos mal feitos, caros e sem prazos certos para entrega. Quando comparada com as suas rivais estrangeiras, a indústria de construção naval portuguesa deixava muito a desejar. Os operários bem tentavam esquecer estes tristes factos, que atribuíam à incúria e incompetência dos empresários e técnicos nacionais; dificilmente podiam escamotear a falta de competitividade da nossa metalurgia naval³².

Não era só na grande indústria que a concorrência estrangeira se fazia sentir. Também os sectores tradicionais dela se ressentiam. Em 1888, Oliveira Martins registava n'*O Repórter* o atraso crescente da serralharia³³. Afectadas pela perda do mercado brasileiro, as pequenas oficinas tinham agora de se defrontar com a concorrência estrangeira e com as fábricas mecanizadas nacionais.

A concorrência estrangeira contribuiu para que a metalurgia portuguesa tivesse dificuldades em crescer. Globalmente, é a debilidade do sector que resalta das respostas aos questionários, das visitas e dos depoimentos que as comissões oficiais recolhem em 1881. Um construtor de máquinas, J. Liberato Correia, resume a situação:

O que é triste é que um homem, como eu, que começou a trabalhar em fábricas, que tem um curso de Engenharia pela Escola Naval, que foi para Inglaterra praticar, que esteve lá uns poucos de anos trabalhando e que vem depois para Portugal, não ache com a ferramenta em duas fábricas em que ganhar dinheiro pela sua indústria e que se veja obrigado a fazer vida por uma especialidade a que se não tinha dedicado³⁴.

Ainda em 1881, quatro serralheiros artesanais enviam à Comissão de Inquérito uma carta que, pelo seu interesse, vale a pena transcrever com algum pormenor:

O princípio do livre-câmbio, que eu chamarei câmbio forçado, não só produz grandes males à nossa indústria, mas até produz nas nações exportadoras os maiores abalos e uma oscilação constante e perigosa, por isso que as grandes fábricas criam tal quantidade de operários e com prejuízo da agricul-

³¹ M. F. Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1915)», cit.; sobre os pedidos de protecçãoismo no sector da metalurgia, ver, por exemplo, a representação apresentada ao Parlamento em 23 de Dezembro de 1891.

³² Num artigo sobre o Arsenal da Marinha, por uma vez, *O Protesto Operário* de 5 de Agosto de 1883 reconhece a nossa falta de competitividade.

³³ Oliveira Martins, *O Repórter*, II, Lisboa, Guimarães, 1957, pp. 259-283 e 112-114. Nestes artigos, Oliveira Martins comenta as estatísticas relativas à importação de ferro. Também o folheto de J. M. do Rego Lima *Algumas Palavras sobre as Condições de Adaptação da Indústria Siderúrgica em Portugal* (1890) inclui, no final, uma estatística das importações de ferro e aço entre 1871 e 1888.

³⁴ *Inquérito Industrial* de 1881.

tura, que pode dizer-se que o pão desses operários depende dos contratos com as nações para onde enviam essa enormidade de produção, com grande prejuízo da nação que a recebe, como Portugal.

E acrescentam:

Disse isto para mostrar a falsidade em que se baseia o princípio do livre, ou forçado, câmbio, o que não é mais do que uma especulação em favor de poucos e em prejuízo de muitos.

A subcomissão aprova este ponto de vista e acrescenta:

Ficou aí uma definição do livre-câmbio desconhecida nos tratados, mas verdadeira por mais de um título, e a causa que o serralheiro da Rua dos Caldeireiros dá às falsificações da indústria moderna atesta a lucidez do seu espírito observador³⁵.

A movimentação proteccionista foi, apesar de tudo, menor na metalurgia do que noutros sectores industriais, o que não surpreende, dadas as ligações que algumas empresas e grupos influentes mantinham com firmas estrangeiras exportadoras, como, por exemplo, o grupo Burnay³⁶.

Os privilégios das grandes companhias no que diz respeito à isenção de direitos eram também denunciados pelos industriais. O caso da Companhia do Gás é ilustrativo. Em 1888, a poderosa Companhia do Gás pede ao Governo que a isente dos direitos estabelecidos na pauta de 1885, para que possa importar livremente os tubos de ferro de que precisava para os canos destinados ao fabrico do gás para iluminação. Imediatamente protestam os industriais do ferro, numa representação dirigida aos deputados, pedindo que defendam o seu caso no Parlamento. Respondendo às acusações de que a indústria nacional não era capaz de respeitar prazos, acusam a Companhia do Gás de manobras dilatórias. Segundo eles, em vez de ter encomendado o material logo após a adjudicação da iluminação pública, a Companhia preferira fazer propostas ambíguas, demorar meses as explicações pedidas, não enviar desenhos das obras projectadas, para mais tarde poder pedir a excepção de direitos. Nessa representação escrevem:

No momento actual, quando a última pauta das alfândegas obedeceu ao propósito de proteger as indústrias nacionais, embora muito aquém dos desejos dos interessados, é inacreditável que o Parlamento português, tendo em mais apreço as conveniências de capitalistas estrangeiros do que os legítimos interesses do Estado, queira sancionar excepções odiosas, ilegítimas e injustificáveis³⁷.

Oliveira Martins faz-se eco, na imprensa, das reivindicações dos industriais:

Se as indústrias que existem à sombra de uma protecção pautal hão-de ver fugir-lhes o trabalho, dissipar-se-lhes a protecção, logo que aparece uma encomenda mais avultada, é mais simples, é mais lógico, voltarmos ao tempo antigo das doações e privilégios, abolindo a igualdade da lei³⁸.

³⁵ *Inquérito Industrial* de 1881. Ver também o que diz Vieira da Rocha em *Le Portugal au Travail*, Paris, 1921, p. 128.

³⁶ Ver Vieira da Rocha, *op. cit.*, p. 128.

³⁷ *Diário da Câmara dos Deputados* de 29 de Maio e 2 de Agosto de 1888.

³⁸ *O Repórter*, cit., de 27 de Junho de 1888.

Apesar dos pedidos e protestos, o Governo autoriza a entrada livre de todos os produtos necessários à iluminação da capital. A companhia que havia arre-³⁹matado este importante serviço público era dirigida por estrangeiros, naturalmente pouco sensíveis aos interesses da indústria nacional.

Já anteriormente tinha havido queixas contra aqueles privilégios: em 1881, João Pedro Colares protestara contra a importação livre de produtos que ele contava fabricar, dizendo à Comissão de Inquérito que a crise que a sua empresa atravessava se devia a não dispor ele de «protecção oficial e superior para se nos confiar a execução de alguma obra em condições de extraordinária vantagem»³⁹, o que fazia com que, enquanto os honestos industriais não conseguiam sobreviver, prosperassem os «amigos» dos senhores ministros⁴⁰.

As encomendas públicas eram alvos cobiçados. Nos concursos abertos pelo Governo, e nos quais licitavam nacionais e estrangeiros, ganhavam quase sempre os segundos: não só porque os prazos que apresentavam para a execução eram de facto mais curtos, mas também porque conseguiam produzir mais barato.

Como se sabe, nesta indústria, todas as matérias-primas eram importadas, pelo que desde sempre uma das reivindicações centrais do sector fora a sua importação livre. Nos depoimentos dos industriais aparecem queixas contra o facto de as taxas sobre as matérias-primas serem por vezes superiores aos direitos pagos pelos objectos importados. Numa exposição a Fradesso da Silveira, escrita em 1865, J. P. Colares apresenta cálculos para provar que as máquinas completas pagavam um direito irrisório (3 %-4 %), enquanto o ferro bruto pagava à entrada 20 %⁴¹. Em 1881, um dos industriais que depõem, Luís Teles Drummont, dá um exemplo de como as coisas se passavam: em geral, as máquinas, ou pertences de máquinas, apenas pagavam 2 réis em cada quilo-grama, o que fazia com que uma máquina no valor de 1000\$000, pesando aproximadamente 3000 kg, apenas pagasse na alfândega 6\$000 de direitos. Perante esta situação, e tendo em conta que a matéria-prima pagava 7 %, era impossível, na sua opinião, fabricarem-se máquinas em Portugal. Em 1881, muitos são os industriais que pedem ao Governo que obrigue os estrangeiros a pagar direitos, ou, alternativamente, que indemnize o fabricante nacional dos direitos pagos⁴². Também Oliveira Martins ataca por várias vezes aquilo a que chama «protecção positiva» ao estrangeiro, ou seja, os casos em que os direitos sobre as matérias-primas eram superiores aos dos objectos fabricados⁴³. Igualmente lesiva da indústria nacional era a prática de fraudes, de que uma das mais correntes era a importação, sob a designação «pertences de máquinas», de objectos que o não eram, a fim de os importadores conseguirem pagar uma taxa ainda mais baixa. Importavam-se sob essa rubrica todo o tipo de maquinaria e equipamentos, de coberturas a moínhos de café. Outra modalidade fraudulenta incidia na facturação: quando os direitos eram pagos sobre o valor do produto, os importadores pediam, na origem, duas facturas, pagando os direitos de acordo com valores falsos.

Contudo, nem os industriais, nem os operários, nem Oliveira Martins conseguirão alterar a política económica.

Publicaram-se pautas, caiu um regime, mas a metalurgia permaneceu estagnada. Muitos anos depois, em 1919, ainda os operários metalúrgicos protestavam contra a importação de produtos manufacturados do estrangeiro, a

³⁹ *Inquérito Industrial* de 1881.

⁴⁰ As concessões feitas pelo Governo às grandes companhias eram também apontadas como uma das causas fundamentais da crise pela Subcomissão do Porto, *Inquérito Industrial* de 1881.

⁴¹ *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito, Inquérito Industrial* de 1865, Lisboa, 1865.

⁴² *Inquérito Industrial* de 1881.

⁴³ Oliveira Martins, *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães, 1954, p. 114.

propósito de um projecto de lei apresentado ao Parlamento pelo ministro do Comércio, segundo o qual se isentariam de direitos, durante dois anos, todas as máquinas industriais e agrícolas que fosse necessário importar⁴⁴. A instalação de uma siderurgia, sonho destes operários desenvolvimentistas, só se tornará uma realidade na década de 1960.

3. A ESTRUTURA DA INDÚSTRIA

No final do século XIX, Lisboa concentrava o maior número de metalúrgicos⁴⁵. Os 5215 recenseados no *Inquérito* de 1881 repartiam-se da seguinte forma: 1435 em Lisboa⁴⁶, 2589 no Porto e os restantes na província. O número dos metalúrgicos do Porto incluía 1444 ourives, que, devido à especialidade do seu ofício, dificilmente podem ser englobados nesta classe. Retirados aqueles, a classe dos metalúrgicos do Porto fica reduzida a 1145. Por seu lado, ao número de Lisboa ter-se-iam de acrescentar, pelo menos, os operários dos arsenais do Estado, em número superior a 1200, a que o *Inquérito* se não refere, bem como os metalúrgicos a trabalhar na construção naval: sabemos que na maior empresa, a Parry & Son, trabalhavam, em 1890, 123 operários⁴⁷. Na década de 1880 haveria então, de acordo com as estatísticas disponíveis, cerca de 2800 metalúrgicos em Lisboa, representando uma fracção muito importante do operariado masculino da capital, e 1200 no Porto⁴⁸. Fora destes grandes centros destacava-se o núcleo de Guimarães, onde trabalhavam aproximadamente 1000 cutileiros e serralheiros, quase esgotando o total de 1191 que se afirmava existirem no resto do País.

A estrutura da indústria metalúrgica lisboeta era bastante diferenciada. Os seus 45 estabelecimentos incluíam grandes, médias e pequenas empresas⁴⁹. De entre as maiores destacavam-se, no ramo da fundição e maquinaria, a Perseverança (com 300 operários) e a companhia do conde de Burnay (com 200); na pregaria, a fábrica de Henrique Schalk (com 300 operários)⁵⁰.

⁴⁴ A *Batalha* de 30 de Dezembro de 1919.

⁴⁵ É preciso ter em conta os limites das estatísticas utilizadas ao longo deste artigo. Há uma grande diferença entre existir e aparecer nos inquéritos industriais. Sabemos que, em 1881 e 1890, o número de questionários devolvidos e as fábricas visitadas foi muito pequeno em relação à totalidade. Fábricas houve, e não foram poucas, que se recusaram a fornecer quaisquer dados, desaparecendo portanto para a posteridade. É possível que algumas centenas, ou mesmo milhares, de operários existissem pelo País fora sem que deles haja registo. Os inquéritos do *Boletim do Trabalho Industrial* (1917 e 1930) têm também os seus limites. Do ponto de vista qualitativo, é o *Inquérito Industrial* de 1881 aquele que fornece mais útil informação. O estudo da evolução da indústria unicamente a partir destas fontes há-de ser sempre precário.

⁴⁶ Inclui o concelho de Belém, onde se localizavam algumas fundições importantes.

⁴⁷ Fundada em 1852 por dois caldeireiros ingleses que haviam vindo trabalhar no Arsenal, a empresa vai crescendo, tendo em 1890 montado um segundo estaleiro no Ginjal. Ver Loureiro, *op. cit.*, e *Inquérito Industrial* de 1890.

⁴⁸ O *Inquérito* de 1890 fornece dados globais para o Arsenal da Marinha. Os 1284 trabalhadores recenseados não andam muito longe dos 1500 que, em 1895, *O Eco Metalúrgico* refere. Para uma fase anterior ver o relatório de G. Pery em J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1978. Em 1917, dos 11 700 metalúrgicos então existentes, 6600 trabalhavam na capital. De entre a população operária masculina, estes operários constituíam o maior grupo, representando praticamente um quarto dos efectivos operários de Lisboa. Ver «Estatística industrial de 1917» in *Boletim do Trabalho Industrial*, 1926.

⁴⁹ É talvez conveniente relembrar que as maiores fábricas lisboetas eram minúsculas unidades, quando comparadas com algumas das grandes empresas europeias, como a Krupp, que em 1864 tinha 6000 operários, ou a New Russia Company, com 8000 em 1894. Ver W. O. Henderson, *The Industrial Revolution on the Continent*, Londres, Frank Cass, 1967.

⁵⁰ Se tivermos em conta o valor do produto, as mais importantes empresas eram a Fábrica de Pregos de Joaquim Antunes dos Santos, a Perseverança, a Previdente e a H. Schalk. A pregaria era o sector mais mecanizado da metalurgia.

Uma análise pormenorizada da evolução de duas das maiores empresas metalúrgicas de Lisboa, sobre as quais possuímos alguns elementos, a fábrica de João Pedro Colares (antepassada da actual Cometna) e a Empresa Industrial Portuguesa, do conde de Burnay, talvez ajude a compreender melhor a evolução das grandes fábricas.

Em 1809, José Pedro Colares abre, na Rua Augusta, uma pequena oficina de serralharia e caldeiraria de cobre. A oficina vai crescendo lentamente: possuindo 8 trabalhadores em 1821, tem 18 em 1827 e 30 em 1840. Além dos aparelhos de destilação, com que se tinha celebrado, a Fábrica Collares produzia rodas hidráulicas, tanques e algumas ferramentas agrícolas. Até 1854, a fábrica vai-se desenvolvendo, empregando neste ano cerca de 140 operários. Nos finais da década de 1850, o número de operários tinha subido para 169 e em 1863 para 230, número muito elevado na época.

Tratava-se de uma empresa familiar. Nos meados do século, a fábrica era dirigida pelo seu proprietário, juntamente com dois dos seus filhos mais velhos, transformando-se uns anos depois na Companhia Perseverança. O velho Colares não encontrou facilmente quem lhe assegurasse a sucessão à frente da empresa. Em 1881 queixava-se à comissão oficial que tinha um sobrinho com o curso de Mecânica e conhecimentos de francês e inglês que preferia ingressar no funcionalismo público a sujar-se no trabalho fabril. Comentando esta atitude, J. P. Colares fala da sua própria carreira com orgulho:

Eu fui sócio com meu pai: às sete horas da manhã já estou levantado, barbeado e pronto para o trabalho; às oito venho para o escritório e sou o primeiro a chegar, porque os meus empregados chegam às nove horas. Às cinco horas vou jantar e volto depois, para sair às nove da noite, porque é nesse espaço de tempo que faço alguns trabalhos que precisam mais cuidado. Este trabalho faço-o eu há cinquenta e um anos.

Seriam, apesar de tudo, dois sobrinhos seus que acabariam por assumir, em 1889, a gestão comercial. Na parte técnica, entregue na fase de instalação a alguns ingleses, mantinha-se um mestre daquela nacionalidade.

A segunda metade da década de 1870 fora terrível para os negócios. Em 1880, as receitas haviam sido apenas 82% das de 1872. O quadro das vendas de 1870 a 1880, incluído no *Inquérito Industrial* de 1881, permite verificar a diminuição da produção, especialmente a partir de 1876.

Entre 1878 e 1880, a Companhia não distribuiu dividendos, o que provocou um movimento de desalento entre os outros industriais do ramo, tanto mais que a Collares era considerada uma das empresas fortes do sector⁵¹. O relatório do conselho fiscal de 1879 descreve esse ano como o pior que a Companhia experimentara, não só pela pequena quantidade de encomendas que apareceram para executar, como também pelo baixo preço a que as haviam tido de aceitar. A razão não residia apenas na crise geral; derivava também da compra de uma grande quantidade de ferro para a encomenda da Companhia do Gás, que nunca se concretizaria.

Depois destes maus anos, a empresa recupera. O capital aumenta de 200 para 280 contos, entre 1880 e 1890, mantendo-se o número de operários estacionário, embora se tenha verificado alguma diferenciação interna na força de trabalho. Em 1881 havia 220 operários e 20 aprendizes; em 1890, o número de operários adultos (192) descera, enquanto aumentara o número de aprendizes (44). Em 1890, a firma junta-se à Empresa Moniz e Galvão e à fábrica de

⁵¹ Nos seus depoimentos, dois industriais citam o caso da Perseverança como prova das inúmeras dificuldades com que a metalurgia lutava. Ver *Inquérito Industrial* de 1881.

Augusto José Xavier, sendo em 1915 adquirida por Carlos Alfredo da Silva, já proprietário de outra fundição, a Vulcano, que, embora mais pequena, era também antiga e importante, passando então a denominar-se Vulcano e Collares⁵². As oficinas são transferidas para o Boqueirão do Duro, ao mesmo tempo que são introduzidas algumas inovações: a fábrica é electrificada e a soldadura passa a ser a electricidade e a autogéneo. O número total de operários anda, quando eclode a guerra, à volta de 200, tendo, por conseguinte, diminuído um pouco em relação a 1890.

Vejam agora o que sabemos sobre a Empresa Industrial Portuguesa (EIP), de João Burnay. Fundada em 1874, funcionara durante dois anos no Palácio do Marquês de Pombal, nas Janelas Verdes, mudando depois para um novo edifício, nas antigas terras do marquês de Sabugosa, em Santo Amaro. O capital inicial era de 200 000\$000 réis, dos quais o capital circulante ascendia a 50 000\$000. Estava relativamente bem equipada: tinha máquinas a vapor (uma de 12 cv e outra de 8 cv) e máquinas destinadas a fundir, forjar, aplainar, cortar e tornear o ferro⁵³. Ali trabalhavam 200 operários. O pessoal técnico e superior era todo estrangeiro: no conselho de administração estavam os Engs. Rolin e Lacombe, belgas, que haviam acompanhado a empresa desde o início, e Roeder, um alemão que desde 1903 ocupava o cargo de mestre geral. A empresa especializara-se na produção de grandes obras: coberturas metálicas, barcos a vapor, pontes, tubagem e algumas máquinas industriais⁵⁴.

No relatório enviado à Exposição Industrial de 1888, a empresa fornece mais indicações. Ocupava então uma enorme superfície (5000 m²) e dispunha de duas máquinas motoras mais potentes: uma horizontal, de 25 cv, e uma locomóvel semifixa, de 12 cv. Possuía 97 máquinas para fundição e serviço nas oficinas de ferraria e caldeiraria, entre as quais se contavam 6 fornos (2 para fundição de ferro, 1 de bronze e 3 de cadinhos), além de um ventilador de grande diâmetro. Durante estes oito anos, a empresa não só aumentara e melhorara as suas máquinas, como crescera muito.

Em sete anos, o número de operários havia duplicado: eram agora 441, número que se manterá relativamente estável⁵⁵. Ao que parece, foi ali que em 1905 se produziu aço pela primeira vez, utilizando o processo Bessemer. Nesse ano, a empresa consegue obter um regime de privilégio para aquele processo e monta um conversor que podia conter 2000 kg de ferro⁵⁶.

No início de 1920, a EIP é integrada num grupo de empresas metalúrgicas, a Companhia União Metalúrgica, que abrangia a Fábrica Portugal, a Bachelay e a Fábrica de Munições. O total da força motriz, que provinha de central própria, era de cerca de 400 cv, provenientes de dois motores que produziam uma corrente de 3000 V. É de notar que o sistema de corrente alterna constituía na época um melhoramento considerável; mesmo a Vulcano e Collares só em 1925 modificaria o seu sistema de corrente contínua para alterna.

⁵² Fundada em 1843 por Jacinto Damásio, a Vulcano é arrendada a H. Peters em 1851. Produzia máquinas a vapor, engenhos para massa e prensas para azeite. O número de operários sofre uma redução depois de 1865: passa de 80 para 66 em 1881 e depois para 52 em 1890. Também o montante do capital decrescera, tal como a força motriz. Ver *Gazeta das Fábricas* (1865) e *Inquéritos Industriais* de 1881 e 1890.

⁵³ No entanto, a fábrica mais bem equipada era a Pregaria de Joaquim Antunes dos Santos. Com apenas 65 operários, vinha à cabeça no valor da produção (184 080\$000) e na potência dos seus motores (100 cv). Infelizmente, poucos elementos existem sobre esta empresa.

⁵⁴ *Inquérito Industrial* de 1881.

⁵⁵ *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris Realizada na Av. da Liberdade em 1888*, Lisboa, IN, 1888.

⁵⁶ Ver relatório do Eng. Fernando Corte Real no *Boletim do Trabalho Industrial*, 1905. O filho do encarregado geral da secção de caldeiraria e serrallharia civil daquela empresa, que entrevistámos em 1979 e que ali havia trabalhado também durante algum tempo no período da guerra, disse-nos que fora na EIP que pela primeira vez se haviam feito soldaduras a autogéneo.

Em 1920, numa série de reportagens sobre as maiores empresas industriais, *O Século* visita, entre outras, a EIP⁵⁷. Relata estarem em construção prensas e lagares para azeite, motores a gás de 25 cv, gasogéneos, máquinas a vapor de 75 cv, para traineiras, grandes tubos de ferro para canalizações, alguns milhares de «relhas» (um utensílio agrícola), máquinas para fechar latas de conservas, máquinas para colocar rebordos de borracha, prensas para vinho, beliches, etc. A maior oficina era a de caldeiraria e ferraria. Na altura estava a construir um vigamento para a ponte do caminho-de-ferro de Olhão; entre outras grandes peças destacavam-se os três cadastes para as canhoneiras do Arsenal da Marinha.

Apesar da carestia da matéria-prima e das dificuldades de transportes, a guerra provocou, nalgumas empresas, abastecidas prioritariamente pelo Governo, um desusado movimento⁵⁸. Tal sucedeu na EIP, como na Vulcano e Collares⁵⁹. Esta forneceu ao Arsenal do Exército, entre outro material, tesouras para pólvora, máquinas para fabricar granadas e distensoras de cartuxo e beneficiou das reparações feitas nos navios apreendidos aos Alemães. Passado este curto período, as maiores empresas defrontam-se com dificuldades, chegando até a EIP a encerrar em 1924⁶⁰.

Até agora concentrámos apenas a atenção nas grandes fábricas. Em Lisboa existiam ainda, usufruindo de um regime especial de protecção, algumas empresas médias, por exemplo as construtoras de móveis de ferro, como a Lisbonense e a Nacional. E havia ainda um grande número de oficinas de serralharia, caldeiraria e ferraria. São destas bons exemplos as oficinas de armação de chapéus de chuva situadas na Rua Nova do Almada, a minúscula serralharia de José de Magalhães, produzindo pás e outros objectos simples, ou a decrépita oficina de Teotónio José Xavier, cujas charruas não conseguiam encontrar, em 1881, quem as comprasse.

A título de curiosidade, vejamos muito brevemente qual a situação no Porto e na província. Naquela cidade existiam já algumas grandes empresas. As maiores, a de Massarelos e a do Oiro, empregavam cerca de dois terços dos 652 operários trabalhando em fundições recenseados no *Inquérito* de 1881. A mais próspera era a de Massarelos, produzindo máquinas a vapor e moinhos para grão, elevadores hidráulicos e lanchas a vapor. As outras, se exceptuarmos a Fundação do Oiro, cuja produção era bastante semelhante à de Massarelos, eram pequenas unidades fabricando um pouco de tudo: louça de ferro, gradaamentos, canos. Por seu lado, as serralharias abasteciam o mercado de cofres, mobílias de ferro, fogões e outros objectos de uso doméstico.

Fora das duas cidades, a quase totalidade dos estabelecimentos eram pequenas oficinas, produzindo apenas para consumo local. Em alguns distritos, as comissões do inquérito não registam nenhuma unidade metalúrgica (Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Santarém, Viana do Castelo, Aveiro)⁶¹. No entanto, embora não apareçam referidas no *Inquérito*, existiam já a Duarte Ferreira, fundada em 1879, no Tramagal, que, como se sabe, é hoje uma grande metalurgia, bem como a fábrica de limas estabelecida em 1856 em Vieira de

⁵⁷ *O Século* de 26 de Setembro de 1920.

⁵⁸ V. Pulido Valente, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa, IN, 1980, p. 269, para dados sobre importações de ferro e aço laminado entre 1910 e 1918. Ver também Silveira Malheiro, «As indústrias metalomecânicas em Portugal», in *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, 77/81, 1950.

⁵⁹ A guerra provocou transformações na força laboral e nos processos de trabalho; os tornos para fabrico em série de granadas eram agora conduzidos por mulheres. A população operária aumentara, embora esporadicamente: segundo um dos metalúrgicos que entrevistámos, durante o período da guerra teriam chegado a trabalhar na EIP perto de 3000 operários.

⁶⁰ *A Batalha* de 23 de Março de 1924.

⁶¹ As comissões nem sempre visitavam todos os concelhos ou estabelecimentos. A cobertura variou muito de comissão para comissão, tendo sido a comissão do Porto a que mais se preocupou em abranger a indústria domiciliária.

Leiria, que também perdurou até aos nossos dias. Em Bragança, a comissão apenas encontrou artesãos. Além dum metalúrgico que fabricava sobretudo candeeiros e tinteiros, depõem neste distrito um caldeireiro e um serralheiro. Após ter sido aprendiz na Fábrica Collares, o primeiro especializara-se no fabrico de aparelhos de cobre para destilação; o segundo fazia fogões, varandas e camas de ferro. Ambos recebiam a matéria-prima do Porto e vendiam a produção directamente. O isolamento do distrito protegia-os: a produção de fora raramente lá chegava e, quando tal acontecia, os preços eram demasiado elevados para que constituíssem uma séria concorrência ao fabrico local. A tecnologia era das mais primitivas: o combustível usado era ainda o chamado «carvão de choça», isto é, um misto de raízes de urze e piorna.

No interior do País, a pequena produção artesanal continuava a funcionar⁶². Eram oficinas familiares, transmitidas de pais para filhos, produzindo e reparando pequenos objectos, com o combustível da região. Mas, a partir do momento em que o carvão de pedra passa a ser usado, mesmo esta indústria é afectada, especialmente a que já tem alguma dimensão. A Fábrica de Pregos da Viúva Lobão, de Viseu, é um bom exemplo: em 1881 estava em vias de fechar porque o carvão mineral ali chegava demasiado caro⁶³.

No litoral, e sobretudo no Minho, onde existia uma velha e importante indústria de ferro, a pequena produção desaparecia, morta pela concorrência estrangeira. As pequenas forjas e serralharias enfrentavam crescentes dificuldades. O relatório da subcomissão do Porto alerta os poderes públicos para a crise que estas indústrias «históricas» atravessavam⁶⁴. Oliveira Martins, autor do relatório, interroga-se com tristeza sobre as razões que teriam levado as pequenas serralharias de Sheffield a transformar-se em grandes fábricas, enquanto, no nosso país, as antigas ferrarias de Bouça e Gaia definhavam.

Estas pequenas oficinas levarão muito tempo a desaparecer definitivamente. A propósito da crise que a indústria do prego atravessava no concelho de Maia, escrevia o conhecido historiador:

Vêem-se ainda hoje ao longo da estrada de Braga, fechadas, arruinando-se, as numerosas casinhas dos antigos ferreiros, condenados pela concorrência do prego de arame fabricado mecanicamente em Lisboa e no Porto.

Conseguiam sobreviver reparando ferragens de barcos, alfaías agrícolas ou rodas das azenhas, fabricando fechaduras ou pregos toscos; mas com Sheffield ou com a H. Schalk não podiam competir. As dificuldades aumentavam à medida que se aproximavam das grandes cidades.

Em geral, estas oficinas não produziam directamente para o mercado. Recebiam a matéria-prima e vendiam o produto aos comerciantes do Porto. Por exemplo, em Guimarães, a maior parte dos metalúrgicos eram trabalhadores ao domicílio, entregando todos os sábados as tesouras, navalhas ou esporas que fabricavam a comerciantes que as vendiam para os grandes centros do País. Era aqui que trabalhavam os operários mais miseráveis: «É de ver de perto a fisionomia esquelética dessa gente miserável, que nenhuma protecção ampara», escreve ainda Oliveira Martins, acrescentando:

Aturdidos pelo malhar da forja desde a primeira infância, rotos, anémicos, imundos, com o corpo inchado de bichos, essa gente é condenada pela sorte à condição de párias⁶⁵.

⁶² Na provincia de Trás-os-Montes, cerca de um século antes, só oficiais ferreiros havia 575 (J. Borges de Macedo, *A Situação Económica ao Tempo de Pombal*, Porto, 1951).

⁶³ *Inquérito Industrial* de 1881.

⁶⁴ Veja-se a descrição das pequenas ferrarias de Penafiel, Maia, Bouça e Gaia em *Inquérito Industrial* de 1881.

⁶⁵ Sobre as terríveis condições de trabalho nestas oficinas ver, por exemplo, a descrição da de Ramalde no *Inquérito Industrial* de 1881.

Cerca de quarenta anos mais tarde, ainda lá estavam, agonizando. Hermínio Costa e Sousa descreve, numa excelente monografia, a evolução da cutelaria em Guimarães. Como nos conta, a tecnologia era, em 1918, a mais rudimentar. Os operários continuavam a utilizar a mó de grés, movida com o pé; eram pagos de empreitada, recebendo salários muito reduzidos e por vezes apenas alimentação; o trabalho era feito nas suas próprias habitações, miseráveis cabanas que o autor fotografa, rodeadas de homens esqueléticos e crianças hirsutas⁶⁶.

A resistência deste tipo de trabalhadores à proletarianização é conhecida. Não admira assim que, década após década, deles nos cheguem lamentos e apelos. Em 1932, um relatório relembra esta decadência triste. A situação dos metalúrgicos da indústria do prego de Braga era tão má que o Governo decide ordenar um inquérito à concorrência das fábricas mecanizadas. O próprio delegado do Instituto Nacional do Trabalho não poupa as palavras:

A situação destes desgraçados é horrível; dificilmente podemos contê-los. Agora não têm nenhum trabalho, espera-os a fome e a revolta. É trágica e dolorosa ao máximo a sua situação⁶⁷.

Seria já sob o Estado Novo que viriam a sucumbir definitivamente.

Uma estrutura tradicional, dispersa pelo interior, coexistia com uma metalurgia relativamente moderna, localizada em Lisboa e no Porto⁶⁸. Só nos pontos mais distantes estava aquela fora de ameaça da produção mecanizada, nacional e estrangeira. A luta provaria, a prazo, que os competidores eram demasiado desiguais. Contudo, mesmo as fábricas de Lisboa, a não ser em conjunturas excepcionais, tinham poucas possibilidades de se desenvolver. Nunca chegou a existir em Portugal uma metalurgia pesada: no País apenas se fabricavam bens de consumo, não bens de produção⁶⁹.

Salientado o atraso do sector, importa não exagerar: Portugal estava na Europa, e não nos confins da África, partindo do zero. A indústria era débil, mas não inexistente. Houve evolução, mesmo se irregular. Se a metalurgia não cresceu ao ritmo que os operários queriam, nem tudo era estagnação. Entre 1893 e 1913, a importação de ferro em bruto quase triplica, como o gráfico da página seguinte demonstra.

Não se criou uma siderurgia, é um facto, mas o número de operários foi aumentando. A expansão da indústria entre 1880 e 1930 é indiscutível: contando os arsenalistas, o número de metalúrgicos passara, ao nível nacional, de cerca de 6800 para 18 600, ou seja, triplicara. Na capital, o aumento foi paralelo: os 2800 metalúrgicos que ali existiam na década de 1880 haviam passado para 7000 na década de 1920⁷⁰.

⁶⁶ Hermínio Soares da Costa e Sousa, «A indústria da cutelaria», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 114, 1918.

⁶⁷ Evélio Soares Lino, «Estudos sobre a indústria manual e mecânica de pregaria (tachão) no distrito de Braga e na cidade do Porto», in *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, Outubro de 1940 e Janeiro, Abril, Junho e Outubro de 1941.

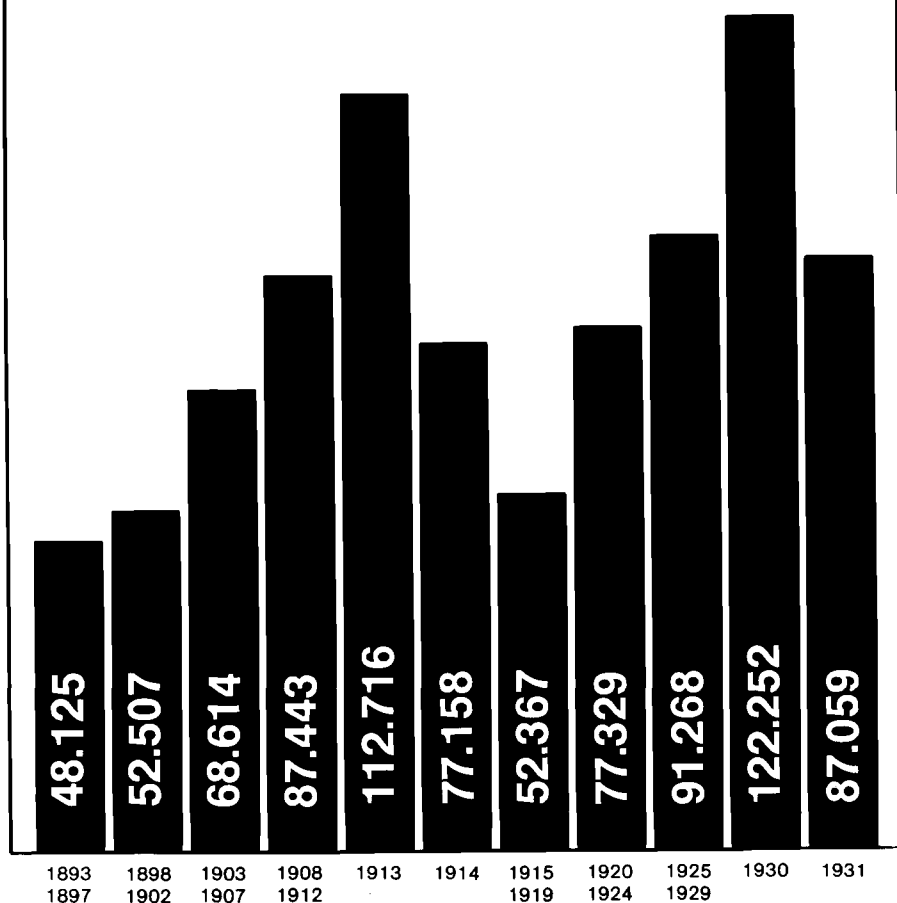
⁶⁸ O facto de não serem visíveis transformações tecnológicas ou organizativas nos sectores artesanais não significa que não estivessem a ser afectados pelas profundas mudanças no processo produtivo que longe deles ocorriam. Ver S. Pollard, *Peaceful Conquest*, Oxford University Press, 1981.

⁶⁹ A maior parte das caldeiras e motores em funcionamento na indústria eram estrangeiros: do total das 1740 caldeiras existentes em 1917 só 596 eram nacionais e dos 1249 motores só o eram 137. Ver «Estatística industrial de 1917», cit.

⁷⁰ *Inquéritos Industriais* de 1881 e 1890 e *Boletim do Trabalho Industrial*, 1930. As fábricas lisboetas não estavam a criar mais postos de trabalho do que as da província. Contudo, as estatísticas não são concordantes. O *Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto* (Lisboa, IN, 1926) regista como existindo na capital, não 7000, mas 11 250 metalúrgicos.

IMPORTAÇÃO DE FERRO EM BRUTO NO PERÍODO DE 1893-1931

TONELADAS



No entanto, quando comparado com o que no centro da Europa se passava, o desenvolvimento da metalurgia portuguesa era ridículo. O nosso consumo de ferro era baixíssimo: de 17,5 kg por habitante na década de 1930, quando em França era já de 130 kg⁷¹.

A ausência de protecção à metalurgia e à indústria em geral parecia chocante a muitos contemporâneos. Contra aqueles que defendiam que Portugal devia ser um país essencialmente agrícola escrevia Oliveira Martins:

Fazer de Portugal uma vinha, de nós todos vinhateiros, seria o mesmo que tornar o nosso país numa colónia [...] A nosso respeito dizem, por exem-

⁷¹ Mesmo acrescentando a importação de artigos manufacturados, o consumo português não se elevaria além dos 23 kg/25 kg. Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, Lisboa, Clássica Editora, 1945, p. 318; D. S. Landes, *The Unbound Prometheus*, Cambridge University Press, 1969.

plo, que as matérias-primas das indústrias são todas estrangeiras e por isso absurda a protecção. Mas esquecem que o homem é também uma matéria-prima da indústria e que num país onde há emigração essa matéria-prima evidentemente abunda.

Lembrando, a propósito, que tão-pouco o algodão era natural da Inglaterra, defendia que, com os modernos meios de transporte, era relativamente fácil e barato fazer chegar as matérias-primas às nossas cidades:

Não sabemos todos que o carvão chega mais barato ao Porto do que a mais de um ponto da Grã-Bretanha, da França ou da Alemanha?⁷²

Tal como aos operários, convinha-lhe minimizar alguns obstáculos estruturais. Mas eles existiam.

Portugal não tinha nem carvão nem ferro. O pouco e mau que existia era explorado, como quase todos os minérios, por empresas estrangeiras. O capital particular era escasso e tímido, os juros altos. Os dinheiros do Estado não chegavam para os investimentos necessários. A capacidade empresarial tão-pouco abundava. Se havia artesãos habituados a trabalhar o metal, faltavam técnicos familiarizados com as inovações tecnológicas⁷³.

Os mercados eram reduzidíssimos: os estrangeiros eram inacessíveis, o interno pequeno e pobre, o africano inexistente⁷⁴. A procura do Estado, à volta da qual tanta polémica se gerou, estava em parte ligada a interesses externos. Algumas das empresas que podiam adquirir produtos em grandes quantidades eram dirigidas por estrangeiros que preferiam importar aquilo de que precisavam. Se a reduzida dimensão do mercado afectava a indústria em geral, afectava a metalurgia em particular, pois impedia que se conseguissem economias de escala, o que neste sector era essencial. Para que a produção das modernas máquinas-ferramentas fosse rendável era preciso que tivesse uma dimensão razoável. No caso português isso era impossível. Um único recurso existia e abundante: a mão-de-obra indiferenciada. Mas num sector em que as técnicas evoluíam rapidamente não era um grande benefício. Mesmo sem a invasão de produtos estrangeiros, a metalurgia não encontrava, à partida, um terreno favorável ao seu desenvolvimento⁷⁵.

Teria sido possível, apesar de tudo, proteger o mercado português? Seria inevitável que o Estado deixasse entrar tantos produtos das metalurgias estrangeiras?

O problema dos efeitos do domínio económico estrangeiro na economia portuguesa tem sido estudado por alguns historiadores, sem que as alternativas possíveis tenham sido suficientemente debatidas⁷⁶. Não parecem restar dúvidas

⁷² *Inquérito Industrial* de 1881.

⁷³ Prova disso é o elevado número de mestres estrangeiros nas principais fábricas.

⁷⁴ Como se sabe, a pauta de 1892, ao criar barreiras alfandegárias para o mercado africano, contribuiu para a expansão de algumas indústrias, de entre as quais se destaca a têxtil algodoeira. O mesmo não sucedeu no caso da metalurgia.

⁷⁵ Vejam-se, a título exemplificativo: os vários números do *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*; a *Revista de Obras Públicas e Minas*; Amaro Guerreiro, *O Ferro*, Lisboa, Cosmos, 1948; Adriano Rodrigues, *Reflexões sobre o Problema Siderúrgico Nacional em relação com a Economia e o Progresso do País*, 1941; J. Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, cit.

⁷⁶ Para o século XVIII e princípios do século XIX destacam-se as seguintes obras de J. Borges de Macedo: *A Situação Económica ao Tempo de Pombal*, cit., *O Bloqueio Continental*, Lisboa, Delfos, 1962, e *Problemas de História da Indústria Portuguesa do Século XVIII*, Lisboa, AIP, 1963. Ver também M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Cosmos, 1971, e «As origens históricas do subdesenvolvimento português», in *Análise Social*, n.º 53, 1978, S. Sideri, *Comércio e Poder*, Cosmos, 1978, e a recensão crítica de J. Reis a este último livro no *Diário de Notícias* de 22 de Junho de 1978.

de que a dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra impediu que a indústria se desenvolvesse. Conviria, contudo, interrogarmo-nos sobre o preço que teria o País tido de pagar pela adopção de uma dura política proteccionista. Sem o dinheiro estrangeiro, como teria o Estado português conseguido enfrentar as suas crónicas dificuldades? Que indústrias teriam surgido? O que teria acontecido às nossas exportações? Eis apenas algumas das questões que carecem de ser aprofundadas.

A avaliação do contributo do estrangeiro para o desenvolvimento do País não deve ser feita apressadamente. A forma como se montaram, por exemplo, os grandes serviços públicos gerou dependências fáceis de verificar. Mas, sem a Lisbon Electric Tramways, que transportes teria tido Lisboa?⁷⁷ Os empresários e financeiros internacionais fizeram aquilo que lhes competia: trataram de obter lucros. Não admira que comprassem os equipamentos de que necessitavam a firmas estrangeiras que conheciam e que produziam melhor, mais depressa e mais barato. Não custa crer que a administração pública portuguesa fosse, além disso, pouco capaz de estimular o desenvolvimento dos recursos naturais ou de controlar as acções das grandes companhias. No entanto, por mais clarividente e impoluta que fosse, por mais desejosa que estivesse de satisfazer os interesses da indústria nacional, ela teria tido sempre de se defrontar com obstáculos importantes.

Relembremos, a terminar, um ou dois factos. Em 1870, a Inglaterra fabricava metade de todo o ferro fundido que se produzia no mundo. Em termos comparativos, a sua superioridade era enorme: a sua produção era quatro vezes superior à da Alemanha e cinco vezes à da França⁷⁸. Até 1890, quando os EUA a ultrapassam, a Inglaterra detém, no ferro, como em tantos outros sectores, um papel hegemónico⁷⁹. Entre 1860 e 1895, os processos Bessemer e Siemens-Martin reduziram os custos do aço de 80 % a 90 %, o que levou o seu consumo a crescer espantosamente: entre 1861 e 1913, a produção conjunta da Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica aumentou 83 vezes⁸⁰. Durante a segunda metade do século XIX, o aço tornou-se o símbolo por excelência da revolução industrial. Os países que o produziam tinham sobre os outros um benefício incalculável.

As desvantagens de Portugal foram-se acumulando durante a segunda metade do século XIX. Em 1830, o produto nacional bruto, medido em US\$ de 1960, era em Portugal de 250, sendo a média europeia de 240. Estava, portanto, ligeiramente acima da média. Em 1913, a situação alterara-se drasticamente: a média europeia era agora de 534, quando o produto era, em Portugal, apenas de 292⁸¹. Só os Balcãs e a Turquia estavam em pior situação. A impossibilidade de uma indústria metalúrgica vigorosa insere-se neste cenário de atraso relativo crescente.

⁷⁷ Num contexto polémico, *A Batalha* reconhecia o contributo dos estrangeiros. Depois de dizer que os capitalistas portugueses preferiam colocar o seu dinheiro no estrangeiro ou comprar «bilhetinhos do Tesouro», escrevia em 1925:

Se não fosse o capital estrangeiro, esse negregado capital estrangeiro, contra o qual a celebração oca dos nossos patriotas tanto barafusta, não teríamos ainda eléctricos, telefones, algumas grandes fábricas e algumas linhas ferroviárias. [*A Batalha* de 24 de Dezembro de 1925.]

⁷⁸ Ao contrário dos Belgas, os Franceses levaram muitos anos a conseguir a transição do carvão vegetal para o mineral; por um lado, tinham falta de carvão de boa qualidade, por outro, ele estava frequentemente localizado longe das reservas de ferro, o que, numa altura em que os custos dos transportes eram elevados, constituía um entrave.

⁷⁹ D. S. Landes, *op. cit.*

⁸⁰ *Id.*, *ibid.*

⁸¹ P. Bairoch, «Europe's gross national product (1880-1975)», in *Journal of European Economic History*, n.º 5, 1976, in S. Pollard, *op. cit.*, p. 244.

II – ORGANIZAÇÃO E LUTAS

1. OS SINDICATOS

As notícias sobre o associativismo metalúrgico oitocentista não abundam. Sabemos que na década de 1850 funcionava uma associação de serralheiros, intitulada Associação Fraternal Lisbonense dos Serralheiros e mais Artes Que Trabalham em Metal e Carpinteiros de Moldes. Sabemos também que os metalúrgicos formavam um núcleo importante da Fraternidade Operária⁸². O mutualismo inicial virá a ser ultrapassado, na década de 1880, por um tipo de sindicalismo mais moderno: a AC dos Ferreiros era já um organismo reivindicativo modelado no novo exemplo francês⁸³.

Ainda durante o século XIX, os metalúrgicos de Lisboa tentaram unir os seus sindicatos, primeiro na Liga das Artes Metalúrgicas⁸⁴ e depois, em 1894, na Confederação Metalúrgica. Esta era formada por três delegados de cada uma das seguintes profissões: serralheiros, fundidores, maquinistas fluviais, caldeiros, preguiros e fogueiros, e tinha como fim a obtenção de «melhoramentos» para a classe⁸⁵. Os torneiros mecânicos e os forjadores não aderiram imediatamente, embora o viessem a fazer mais tarde⁸⁶. Por seu lado, os arsenalistas manter-se-ão fora do sindicalismo metalúrgico até ao fim do período estudado. O pessoal dos arsenais do Estado esteve sempre organizado em associações próprias⁸⁷.

Embora de início próximos do Partido Socialista, a partir de meados da década de 1890, os metalúrgicos distanciam-se do grupo de A. Gneco e aproximam-se dos socialistas «possibilistas», mais voltados para a luta económica do que para a política⁸⁸. Em 1897, os metalúrgicos aderem a um congresso operário onde estão presentes personalidades destacadas do movimento libertário e possibilista, como Bartolomeu Constantino, Angelina Vidal e Luís de Figueiredo, organizado contra o congresso dos socialistas, que então decorria.

Tal como para outros grupos operários, é impossível conhecer-se a taxa de sindicalização dos metalúrgicos. Em 1911, *O Sindicalista* publica alguns números, que infelizmente não nos permitem qualquer comparação⁸⁹. Na ausência de estatísticas sobre os quantitativos operários que podiam estatutariamente pertencer aos sindicatos, qualquer taxa carece de significado. Só num caso podemos verificar aquela evolução e, mesmo assim, apenas para um período muito curto e para um grupo muito restrito: em 1907 havia 42 fundidores de metais sindicalizados; em 1908, 61, e em 1909, 78. Esta progressão teve um aumento espectacular após a implantação da República: em 1911, segundo números apresentados pelas organizações representadas no 2.º Congresso Sindicalista, o

⁸² Dos seus 31 sócios fundadores, 20 eram metalúrgicos (C. Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, Lisboa, Portugalia, 1964 e 1966). Para Inglaterra, N. P. Howard, «The strikes and lock-outs in the iron industry and the formation of the Ironmakers' Union, 1862-69», in *International Review of Social History*, n.º 13, 1973.

⁸³ *O Protesto Operário* de 11 de Maio de 1884.

⁸⁴ Por esta altura, os serralheiros reorganizam-se em moldes novos (*O Serralheiro*, Lisboa, 5 de Fevereiro de 1897).

⁸⁵ O jornal *O Eco Metalúrgico* de 15 de Dezembro de 1895 publica na íntegra os estatutos.

⁸⁶ A Federação de 19 de Agosto de 1894. Apesar destas tentativas, em 1917 os metalúrgicos ainda se fazem representar por ofícios na Confederação Operária Nacional. Ver *O Movimento Operário*, n.º 2, de Maio de 1917.

⁸⁷ Viria depois a ter um estatuto privilegiado na CGT.

⁸⁸ Mas, em 1891, os fundidores e os ferreiros ainda aderem ao Congresso Operário promovido pelo PS (*O Protesto Operário* de 4 de Janeiro de 1891).

⁸⁹ *O Sindicalista* de 4 de Junho de 1911.

número teria aumentado quase para o triplo, havendo então 223 sindicalizados⁹⁰.

Após a sua representação no 2.º Congresso Sindicalista, de 1911, de orientação sindicalista revolucionária, os metalúrgicos promovem, em Março de 1913, o seu primeiro congresso nacional, a que se seguirão vários no pós-guerra^{91, 92}. Durante o ano de 1919, nas páginas de *A Batalha*, alguns dirigentes metalúrgicos advogam um novo tipo de sindicalismo: o sindicato único⁹³. Em Abril de 1919 são aprovados os estatutos do novo Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa e eleitos os corpos administrativos⁹⁴. Nesse mesmo ano começam a surgir, nalgumas cidades mais industrializadas — Porto, Setúbal, Faro —, organizações semelhantes. A Federação dos Sindicatos da Indústria Metalúrgica e a Juventude Sindicalista da Indústria Metalúrgica nascem também nesse ano⁹⁵. Apesar de alguns receios e hesitações, decidem modernizar a estrutura sindical, optando pela formação dos sindicatos únicos e pela sua interligação através de federações (união de sindicatos do mesmo ramo) e de uniões locais (união de sindicatos do mesmo local), estrutura que era encabeçada pela CGT.

Os metalúrgicos recebavam o centralismo e a burocracia, temiam que os novos sindicatos os fizessem perder o controlo sobre organizações tradicionalmente autónomas⁹⁶. Os problemas de integração de uma classe tão variada eram reais: como unir assalariados do Estado, operários das grandes fundições, latoeiros? Deveriam os membros dos sindicatos de empresa, como o da Companhia das Águas, integrar-se na nova estrutura? Como se deveria proceder no caso dos conserveiros? Todas estas questões foram analisadas, acabando a discussão por se centrar em torno do tipo de organização ideal. Deveria ser segundo o produto ou a matéria-prima? Os metalúrgicos acabaram por optar pela segunda hipótese, o que constituiu, dentro do movimento operário, uma excepção: o relatório que em 1923 a CGT envia ao Congresso Sindicalista de Berlim informa que na maioria dos casos se constituíram sindicatos por ramos da indústria, excepto na metalurgia, em que a organização se estruturara com base na matéria-prima⁹⁷.

Os metalúrgicos desconfiavam de dirigentes profissionalizados, incapazes de sentir como eles, sempre prontos a «traí-los» e a deixarem-se arrastar pelo fascínio da pequena burguesia radical. Pouco habituados a polémicas teóricas, olhavam com algum receio os intelectuais. Sabiam que precisavam de oradores

⁹⁰ M. V. Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, Lisboa, GIS/Presença, 1977, e o *Sindicalista* de 4 de Junho de 1911. É provável que a taxa de sindicalização dos vários grupos de metalúrgicos fosse, em termos relativos, elevada. Referindo o facto de serem as classes de maior nível económico e cultural as mais sindicalizadas, E. Santana cita, como exemplo, os gráficos e os metalúrgicos (L. Salgado de Matos, *op. cit.*).

⁹¹ Anteriormente tinha havido algumas reuniões organizadas por AC de metalúrgicos: a AC dos Ferreiros, consagrando o seu afastamento do PS, havia convocado um Congresso Operário em 1885 (*O Protesto Operário* de 10 e 24 de Maio de 1885). Em Abril de 1921 tem lugar o segundo Congresso Metalúrgico (em Tomar) e em Abril de 1924 o terceiro (em Coimbra). No intervalo realizou-se ainda uma Conferência Sindical Metalúrgica, na Sociedade de Geografia, em Outubro de 1923 (*A Batalha* de 3 de Abril de 1921, 30 de Outubro de 1923 e 22 de Abril de 1924).

⁹² Para uma evolução semelhante em Espanha ver G. Meaker, *La Izquierda Revolucionária en España (1914-1923)*, Barcelona, Grijalbo, 1978.

⁹³ Vejam-se, a título exemplificativo, os artigos de António Peixe (*A Batalha* de 5 de Abril e 1 de Novembro de 1919) e de Joaquim de Sousa (*A Batalha* de 8 e 19 de Julho de 1922).

⁹⁴ *A Batalha* de 7 de Abril de 1919.

⁹⁵ *Ibid.*, de 9 de Outubro de 1919 e 18 de Fevereiro de 1921. Ao que parece, em 1916 existira uma Federação Metalúrgica, fechada pelo Governo por ocasião dos tumultos populares, por não estarem estes organismos legalmente reconhecidos. Ver *O Sindicalista* de 26 de Março de 1916.

⁹⁶ Ver, por exemplo, *A Batalha* de 16 e 18 de Abril de 1924. Ver também o recente livro de C. Calhoun *The Question of Class Struggle*, Oxford, Blackwell, 1982.

⁹⁷ *A Batalha* de 27 de Janeiro de 1923.

inflamados e de militantes suficientemente «civilizados» para serem capazes de negociar com os patrões; mas preferiam que eles saíssem das suas fileiras e que delas se não afastassem. A ideia de aparelhos burocratizados repugnava-lhes. O papel reivindicativo do Sindicato não esgotava de forma alguma os objectivos que, segundo os dirigentes metalúrgicos, a organização devia procurar alcançar. As acções clássicas do sindicalismo juntava-se, nesses anos efervescentes do após-guerra, uma outra função, tanto mais importante quanto maior era o atraso do País: a da preparação do proletariado para a gestão da sociedade. Com um proletariado na sua maioria inculto e desorganizado, era urgente que o Sindicato preparasse rapidamente uma minoria capaz de gerir a economia⁹⁸. Os trabalhadores tinham de ser preparados do ponto de vista técnico e cultural. No após-guerra, o Sindicato dos Metalúrgicos organiza um curso de instrução primária, aulas de Português, Francês, Desenho Profissional e ainda de Esperanto⁹⁹.

No Congresso Metalúrgico de 1921 criam-se três organismos: o Conselho Técnico, a Bolsa de Trabalho e a Caixa de Solidariedade. Enquanto os dois últimos desempenhavam funções clássicas: a regulamentação da oferta e da procura de trabalho e o auxílio financeiro, já o Conselho Técnico tinha um papel claramente revolucionário: pretendia substituir os empresários na gestão da indústria¹⁰⁰. Seguindo os princípios do sindicalismo revolucionário, os metalúrgicos discutem a formação de uma federação dos vários conselhos técnicos, com base na qual se formaria depois um Conselho Técnico Nacional do Trabalho, órgão central de direcção que substituiria o Estado¹⁰¹. Avizinhava-se o grande momento da revolução. As conquistas reformistas eram desprezadas. Devido à euforia reinante, a tese sobre a criação de «oficinas sindicais», refúgio transitório para os colegas perseguidos, foi rejeitada. Anteviam-se glórias que faziam esquecer a quotidiana miséria e minimizar soluções intermédias.

Entretanto, alguns grupos começam a ser sensíveis ao sindicalismo comunista. Em 1924, os arsenalistas da Marinha declaram-se partidários da Internacional Sindical Vermelha. Em Novembro, o jornal dos arsenalistas da Marinha, *O Eco do Arsenal*, anuncia, em subtítulo, ter passado a ser «Partidário da I. S. V.». Era o primeiro jornal profissional a aderir publicamente ao sindicalismo comunista¹⁰². *O Eco do Arsenal* publica então muitos artigos louvando a Revolução Russa e a ditadura do proletariado¹⁰³. Em 1923 recebe uma homenagem de H. Droz, logo publicada na primeira página¹⁰⁴. Previsivelmente, as relações com

⁹⁸ Estas preocupações dos metalúrgicos eram globalmente partilhadas pelo movimento operário. Ver, em particular, o longo e interessante debate entre Emílio Costa e J. C. Rates nas páginas de *A Batalha*, em 1920.

⁹⁹ Ver, por exemplo, *A Batalha* de 18 de Fevereiro de 1921.

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, de 21 e 22 de Fevereiro de 1921 sobre os fins, constituição e mandatos do Conselho Técnico Nacional. Os metalúrgicos haviam debatido a criação e funcionamento de um Conselho de Delegados de Oficinas à luz das experiências que se estavam a fazer na Itália e em Inglaterra (*A Batalha* de 3 de Outubro de 1920). Pouco se sabe sobre o impacto prático de tais organismos, mas presume-se ter sido mínimo. Uma das poucas referências que lhes são feitas aparece, em 1919, n' *A Batalha*, que informa ter-se reunido um conselho de delegados com representantes de 28 oficinas metalúrgicas.

¹⁰¹ Ver a resposta que a Federação Metalúrgica envia, em 1924, a uma circular da CGT (*A Batalha* de 8 de Abril de 1924). Foi também por esta altura que se organizou a Liga Operária de Expropriação Económica (ver L. Salgado de Matos, *op. cit.*).

¹⁰² Durante a guerra, a posição daquele jornal fora muito eclética: próximo dos socialistas, e até de alguns sectores republicanos, não havia, no entanto, hostilizado os anarco-sindicalistas. Em Fevereiro de 1919 organizam um Núcleo Socialista no Arsenal, num momento em que o então ministro do Trabalho, socialista, havia colocado nas obras de construção do novo Alfeite alguns desempregados. Mesmo na fase mais «vermelha», *O Eco do Arsenal* foi sempre uma estranha mistura de exaltação revolucionária e de reverência pelos superiores.

¹⁰³ Ver, por exemplo, *O Eco do Arsenal* de 1 de Novembro de 1918.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, de 1 de Dezembro de 1923.

a CGT, apreensiva com o que se estava a passar na URSS, deterioraram-se. Em Maio de 1924 consuma-se a cisão.

Os motivos por que os arsenalistas decidem aderir à ISV não são simples. A resposta terá de ter em conta a sua posição particular de funcionários públicos. Até certo ponto, os metalúrgicos que trabalhavam no Arsenal vendiam a liberdade pela garantia de trabalho. De acordo com o regulamento, não podiam fazer greves prolongadas ou reivindicar colectivamente. Mesmo quando apoiavam os colegas, não podiam lutar a seu lado¹⁰⁵. As relações entre estes operários e os metalúrgicos das empresas privadas nunca foram fáceis; depois de 1924 agravaram-se.

O referendo organizado, em 1924, pela CGT demonstrou que a opção comunista era impopular. A esmagadora maioria dos sindicatos, interrogados pelo Conselho Confederal sobre a atitude a assumir em relação às Internacionais, pronunciaram-se pela adesão ao sindicalismo revolucionário, contra apenas 6, que votaram pela ISV. Em 1925, o 4.º Congresso da CGT ratifica a adesão à Internacional Anarquista¹⁰⁶. Até ao Estado Novo, o sindicalismo revolucionário continuou, de longe, a ser a corrente mais importante dentro do movimento operário português.

A movimentação sindical que se seguiu à guerra não durou. A partir de 1924, os metalúrgicos estão esgotados¹⁰⁷. Em Junho de 1925, segundo números de *A Batalha*, dos 15 000 metalúrgicos de Lisboa, só 2000 estavam sindicalizados¹⁰⁸. Pouco depois, o Sindicato do Porto atravessa dificuldades: é destituído o Comité Federal do Norte, por alegada negligência, tendo os seus componentes ameaçado ressuscitar a antiga Associação das Artes Metalúrgicas. Este estado de crise explica o ressurgir da velha polémica sobre a sindicalização obrigatória, assunto já aflorado no Congresso de 1921 e que viria também a ser discutido a propósito do movimento operário global, por exemplo por Neno Vasco, que contra tal obrigatoriedade, como libertário consequente, se insurge¹⁰⁹.

Depois do golpe de 1926, a vida sindical prossegue no meio de obstáculos e desilusões crescentes. A revolução não chegara. Os salários diminuía. O desemprego aumentava. Entre 1926 e 1934, a indefinição política ainda permite alguma abertura. Nos primeiros dias da ditadura nem sequer é muito claro qual vai ser a atitude dos militares em relação aos operários. Embora a liberdade de expressão seja quase logo afectada, ainda podem reunir e fazer greves¹¹⁰. Em 1931, os metalúrgicos tentam criar uma organização mais ampla, a Federação das Indústrias Mineiras e Metalúrgicas, para o que promovem as tradicionais *tournées* de propaganda pela província. Em Dezembro de 1931 começa a sair, sob a direcção de Emídio Santana, o jornal *Solidariedade Mineira e Metalúrgica*, que se publicará até Maio de 1933¹¹¹.

¹⁰⁵ Ver a opinião de E. Santana sobre os arsenalistas em L. Salgado de Matos, *op. cit.*

¹⁰⁶ M. J. Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972.

¹⁰⁷ Emídio Santana diz que foi em 1922 que o número de aderentes à CGT atingiu o seu máximo (L. Salgado de Matos, *op. cit.*).

¹⁰⁸ *O Metalúrgico* (Janeiro de 1933) diz que só 8% dos 10 000 metalúrgicos estavam sindicalizados. É contudo provável que estivessem a exagerar, em sentido negativo, dado que os números aparecem num artigo polémico contra o sindicalismo anarquista.

¹⁰⁹ *A Batalha* de 1 de Abril de 1926.

¹¹⁰ *Ibid.*, de 31 de Dezembro de 1926 e 1 de Janeiro de 1927.

¹¹¹ Para este período ver *O Eco Metalúrgico* (1927-31) e os números de *O Metalúrgico* clandestino, órgão do Grupo de Defesa Sindical dos Metalúrgicos de Lisboa. Tive acesso aos números de Setembro de 1932, Janeiro e Junho de 1933, Novembro de 1934 e Janeiro de 1935. Consultei ainda *O Caldeireiro Vermelho*, n.º 1, de Junho de 1934, também clandestino. Estas publicações não se encontram na Biblioteca Nacional; os exemplares foram-me facultados pelo Dr. J. Pacheco Pereira, a quem agradeço.

Estes novos empreendimentos não provêm da força. Pelo contrário. Em 1934 cessavam todas as liberdades. Era o fim de uma época: os sindicatos livres tinham acabado.

2. AS GREVES

2.1 AS RESISTÊNCIAS AO SISTEMA CAPITALISTA

Como se sabe, até à regulamentação das greves de 1911, quando sai o chamado «decreto-burla», aquelas eram interditas segundo a lei. Mas eram crimes tolerados. E muitas foram as «coalizões», como então eram designadas, que se verificaram.

As primeiras grandes greves de metalúrgicos lisboetas tiveram lugar em 1849 e 1872. A primeira foi recentemente descoberta por José Barreto¹¹², a segunda, mais divulgada, é, entre outros, referida por Costa Goodolfim¹¹³. Ambas têm como centro do conflito a questão do horário de trabalho: mais especificamente, a luta contra os serões. Dado que possuíamos mais pormenores sobre a luta de 1849, debruçar-nos-emos sobretudo sobre esta última.

A 10 de Setembro de 1849, os operários da fábrica Vulcano, logo acompanhados pelos metalúrgicos das maiores fundições e serralharias do bairro da Boavista, abandonam o trabalho. Recusavam-se a permitir que os escuros dias de Inverno fossem alargados, argumentando que nos outros ofícios ninguém trabalhava depois do sol-posto. Queriam, contudo, que no Inverno o dia lhes fosse pago como no Verão, o que, na prática, correspondia a um aumento do salário pago por hora. A greve sairia vencedora numas fábricas, mas não noutras. E a questão dos serões manteve-se no centro de muitas lutas.

As resistências que a imposição dos horários fabris fez surgir entre os artesãos ingleses foi estudada, entre outros, por E. P. Thompson¹¹⁴. Em Portugal, como em Inglaterra, o desenvolvimento do sistema capitalista exigia horários uniformes, que apareciam, aos olhos de trabalhadores habituados a ciclos de trabalho ditados pelo Sol ou pelas marés, como «artificiais» e «nocivos». Foi principalmente nas grandes fábricas que o problema surgiu. Infelizmente pouco se sabe sobre o ambiente desses estabelecimentos em épocas recuadas, mas tudo leva a crer que, tal como lá fora, a autonomia dos operários no processo produtivo fosse bastante grande.

O regulamento que um industrial metalúrgico estrangeirado, Henry Peter, elaborou durante a greve de 1849 é um documento revolucionário. Os seus admiráveis onze artigos, duros e secos, consagram um novo espírito. O regulamento premeia a assiduidade e a pontualidade, estabelece a indiscutível autoridade patronal (notável é o facto de ser necessário afirmá-la), exige rigor e atenção no cumprimento das tarefas, penaliza qualquer distração, proíbe bebidas alcoólicas dentro das oficinas, pune quaisquer «provocações por meio de palavras ou de obras e todos os actos de imoralidade», estabelece a ordem¹¹⁵. O dia

¹¹² Para todo o relato desta greve socorremo-nos do artigo de J. Barreto «Uma greve fabril em 1894», in *Análise Social*, n.ºs 67-69, 1981.

¹¹³ F. Emídio da Silva, *As Greves*, Coimbra, 1912.

¹¹⁴ E. P. Thompson, «Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism», in *Past and Present*, n.º 38, 1967.

¹¹⁵ Para o texto do regulamento ver o anexo ao artigo citado de J. Barreto. Na minha opinião, este autor aceita acriticamente as afirmações de *O Patriota*, que afirma terem os operários aceite bem o documento. Na exposição de J. Pedro Colares, que também surge em anexo ao artigo, o patrão afirma que os operários o recusaram, pois só queriam trabalhar de sol a sol, o que parece muito mais verosímil. Mais perto das aspirações operárias estaria o regulamento que António José Saavedra introduziu na sua fábrica e que admitia um horário que ia de 13 horas e 8 minutos, no Verão, a 7 horas e 54 minutos, no Inverno.

de trabalho, embora ainda de duração variável, consoante se estivesse no Verão (12 h) ou no Inverno (10 1/2 horas), é dividido em quartos, separados por intervalos claramente definidos. O que anteriormente era sobretudo ditado pela arbitrariedade dos oficiais passa a ser regulado por toques e sinetas, sob estrito controlo patronal. O horário passa a ser regido, como estipula o artigo 10.º, pelo relógio da fábrica, e não pela «altura do Sol». A tradicional independência das oficinas é cada vez mais frequentemente considerada como obstáculo ao funcionamento da empresa. Novas qualidades são agora exigidas aos que trabalham. O parágrafo final do regulamento é a este respeito significativo:

Todo o operário que, satisfazendo as condições do presente regulamento, sobressair pela sua docilidade, comportamento moral e merecimentos artísticos será recompensado.

Note-se bem que os «merecimentos artísticos» são agora ultrapassados pela «docilidade».

Referimos já o paralelismo das exigências disciplinares em Portugal e nos restantes países europeus. O regulamento da fábrica Fénix não é, a não ser na sua concisão, diverso do elaborado em Inglaterra pelo patrão metalúrgico John Cowley. A cem anos de distância, é a disciplina capitalista a tentar impor-se, com os seus tempos rigorosos e a sua ordem. Homem versado nas regras das fábricas inglesas, como *O Patriota* o descreve em 1849, H. Peters era, em Portugal, um pioneiro da nova civilização que, na sua pátria de origem, florescia. É certo que o regulamento não representa o sentir de todos os seus colegas defrontados com semelhantes problemas disciplinares: como o seu autor, é também um precursor.

Até 1903, e se exceptuarmos a luta de 1872, temos apenas notícias de greves de reduzida dimensão. Algumas delas são típicas das resistências tradicionais ao desenvolvimento do capitalismo, como as lutas pelo controlo do mercado de trabalho e os conflitos relativos aos dias de folga. Em Abril de 1877, os fundidores da fábrica do conde de Burnay recusam-se a ensinar o ofício, pelo que, vencido, o industrial tem de enviar um agente ao estrangeiro para contratar operários¹¹⁶. Há depois outras greves contra horários, reduções salariais e ritmos de trabalho. Um conflito interessante tem lugar em 1886, quando os torneiros da Empresa Industrial Portuguesa entram em greve. As semelhanças com o que se sabe ter ocorrido no resto da Europa são, também aqui, de assinalar¹¹⁷. O pomo da discórdia fora a folga das segundas-feiras, dia tradicional de feriado operário em muitos países europeus. Nessa longínqua segunda-feira de Agosto de 1886, os torneiros haviam decidido ir ao Arraial de Sant'Ana. Conhecedor de tal falta, o gerente multa-os, pelo que entram em greve¹¹⁸.

É possível que outros conflitos deste tipo tivessem ocorrido, mas as fontes para períodos recuados são muito escassas.

2.2 A GREVE DE DEZEMBRO DE 1903: O SANEAMENTO DUM MESTRE ESTRANGEIRO

A 7 de Dezembro de 1903, os metalúrgicos de uma das maiores fábricas de Lisboa, a Empresa Industrial Portuguesa, paralisam. Na opinião de um estu-

¹¹⁶ *O Protesto*, Abril de 1877.

¹¹⁷ Ver M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève (1871-1890)*, Paris, Mouton, 1974, e E. P. Thompson, «Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism», cit.

¹¹⁸ *O Protesto Operário* de 15 e 22 de Agosto, 26 de Setembro e 3 de Outubro de 1886. Passadas três semanas, *O Protesto Operário* diz que tudo terminara «desastradamente», com a grande maioria dos operários a regressar ao trabalho, mas a 26 de Setembro dá uma informação contraditória, dizendo que os operários se mantinham dignamente em greve. Seja como for, no princípio de Outubro, a greve está derrotada.

dioso contemporâneo, Fernando Emídio da Silva, esta luta teria constituído um dos mais importantes conflitos sociais da Monarquia. Na realidade, muitos são os jornais que dela nos falam, salientando o elevado número de operários que, de braços caídos, todos os dias se juntam ameaçadoramente à entrada da fábrica, a Santo Amaro.

Em 1903, a EIP atravessa uma fase de grande expansão e reorganização. Como se referiu, a empresa era totalmente dirigida por estrangeiros e fora uma das primeiras a introduzir algumas importantes inovações tecnológicas em Portugal. O número de trabalhadores tinha vindo a aumentar bastante, especialmente durante a década de 1880, trabalhando ali no princípio do século à volta de 500 operários.

A alteração da disciplina vem ligada a dois nomes, Roeder e Westley. Oficiais orgulhosos da sua arte, os metalúrgicos cedo reagem, não entendendo, por exemplo, a razão da proibição de se fumar dentro das oficinas nem a rigidez dos horários. Enquanto noutras fábricas, como, por exemplo, na Schalck, se podia entrar uma e até duas horas depois do início do dia de trabalho, na EIP os patrões tentam impor um horário muito menos flexível.

Os motivos apresentados pelos operários para a paralisação são vários: a opressão de operários portugueses por mestres importados para os vexar, a incompetência das novas chefias, as reduções salariais, a violência do trabalho e despedimentos injustos. A luta reduz-se, por fim, a uma única reivindicação: o saneamento do mestre geral Roeder, símbolo por excelência da disciplina capitalista, e o reingresso do antigo mestre geral Marcelino Romão.

No fundo, os metalúrgicos protestavam contra a adopção de uma estrutura organizativa moderna dentro da empresa, que vinha substituir a antiga hierarquia centrada na autonomia das equipas dirigidas pelos mestres. Ao contrário de Marcelino Romão, certamente despótico, mas antigo companheiro, nado e criado na cultura artesanal, Roeder era apenas o delegado patronal.

O nó do conflito aparece claramente nalguns dos textos divulgados. Veja-se o que dizem os grevistas num manifesto:

Esta greve constitui a revolta contra estes dois indivíduos, que, já pela sua ausência de conhecimentos técnicos, já pelo seu péssimo procedimento para com os operários sob as suas ordens, como pelo seu génio irascível¹, se tornaram odiosos para com os seus subordinados.

O saneamento é visto como fruto de um legítimo direito de contestar chefes, por parte de quem, desde miúdo, sabia o que era o ferro e como se trabalhava na metalurgia. A estas alegações de incompetência, a administração responde não competir aos operários avaliá-la. Tal assunto, dizem, não devia sequer ser discutido. Reafirmando que naquela casa sempre se haviam tratado bem os operários, acrescenta que a administração, «vendo baldados todos os seus esforços para o restabelecimento do estado normal, não deve nem pode deixar-se governar pelos seus operários».

O relato de *O Metalúrgico* dá-nos uma ideia da forma como a greve eclodiu:

No dia 7 de Dezembro próximo passado funcionavam as oficinas com a costumada regularidade, parecendo que nada se estava a passar de anormal, quando o Sr. Vital Henriques, acercando-se de alguns amigos, lhes revelou muito confidencialmente que nesse dia rebentaria a célebre bomba. «Qual bomba?», lhe perguntaram, respondendo ele: «É hoje que volta o mestre Marcelino!» Daí por momentos sentia-se afrouxar o movimento do maquinismo e ouvia-se uma voz: «Parem, parem!» Um certo rumor percorreu as oficinas e os operários, atónitos, surpresos, perguntam uns aos outros: «O que é? De que se trata?» O rumor vai recrudesendo, os operários vão largando o trabalho e, quase sem saber como, encontram-se no pátio, onde não se havia senão: «Nada, não trabalhamos: há-de ir para a rua!»

A greve parece ter assim surgido à margem de qualquer enquadramento organizativo. Nenhum grupo sindical ou político apoiou inicialmente esta luta, surgida quase sem os operários «saberem como», fruto da explosão do ódio recalçado.

A adesão à greve é maciça. A 7 de Dezembro paralisam quase quinhentos trabalhadores de todos os ramos da empresa: caldeireiros, torneiros, serralheiros mecânicos, carpinteiros, pedreiros, pintores, fogueiros. Até o porteiro da fábrica larga o seu posto. Nos primeiros dias, as reuniões, muito frequentadas, ajudam a manter um notável grau de militância. Por vezes juntam-se por ofício, mas a maioria das reuniões são assembleias gerais de grevistas. As comissões operárias não descansam um minuto: angariam fundos nos bairros populares e fábricas, mantêm a disciplina, visitam os metalúrgicos doentes e escrevem comunicados e reivindicações. Os apoios são numerosos; os grevistas recebem dinheiro dos metalúrgicos de outras empresas, do povo lisboeta e até de sindicatos estrangeiros. Os seus colegas do Porto comprometem-se a impedir que os seus membros «furem» a greve, os do Barreiro organizam uma *quête* a seu favor.

Numa greve prolongada, a união é difícil. A vigilância sobre os mais pusilânimes é fundamental. A hesitação tem de ser combatida, a chama da revolta alimentada. Depois dos primeiros momentos de entusiasmo que qualquer gesto colectivo de libertação faz surgir, a alegria e a esperança depressa esmorecem. É o momento das interrogações e do desânimo. O isolamento do grevista pode ser fatal. Assim, os dirigentes tentam manter os operários ocupados com assembleias que os ajudem a sentir-se solidários e os impeçam de desertar. A associação de classe torna-se um local de permanente discussão. Os operários são continuamente convidados para reuniões, numa tentativa para os afastar do lar, onde se sabe que a fome dos familiares leva os grevistas a fraquejar.

Uma vez declarada a paralisação, os operários escolhem uma comissão para se entrevistar com os patrões, composta pelo serralheiro José Vitorino, pelo carpinteiro de moldes José Vital e pelo caldeireiro João Sete. Pedem depois o apoio da Confederação Metalúrgica, que passa a dirigir a luta e em cuja sede se reúnem. A posição patronal vai endurecendo à medida que a greve se prolonga: numa primeira fase, os patrões tentam convencer os operários, com promessas e ameaças, a retomar o trabalho. Não o tendo conseguido, o conselho de administração opta pelo *lock-out*, a fim de mais facilmente poder cancelar as «matrículas» dos operários e excluir, uma vez reaberta a fábrica, os dirigentes grevistas. Intervém então no conflito o juiz Veiga, mas nada resolverá.

As entradas da fábrica passam a estar vigiadas pela Polícia, que tenta impedir a formação de piquetes. A intervenção das forças repressivas é particularmente violenta. A 17 de Dezembro é assaltada a sede da Confederação Metalúrgica e a zona de Santo Amaro passa a ser cenário de guerra aberta. Momentos há em que se enfrentam na rua 200 guardas e várias centenas de grevistas. A 19 de Janeiro verifica-se um novo ataque policial e são presos oito operários, que só virão a ser julgados em Junho.

A partir de meados de Janeiro pouco se sabe. A certa altura, o *impasse* é já suficientemente claro para que os metalúrgicos comecem a falar da hipótese de criarem uma cooperativa de produção, à semelhança do que haviam feito em 1872. A 24, os operários escrevem, já desesperados, à administração, mas esta permanece muda. Nos princípios de Fevereiro, muitos metalúrgicos encontram-se ainda paralisados, tendo tido lugar novos tumultos. A luta assumia o carácter violento que a percepção da fraqueza induzia. Já não era possível obter nada pela negociação. A intransigência do patrão parecia dar resultado. Pouco a pouco começam a aparecer «traidores», que desistem da luta e vão trabalhar. O terror era a única solução: mas não funcionou. Mesmo entre trabalhadores especializados era difícil aguentar uma greve prolongada. A 5 de Fevereiro, os metalúrgicos das outras grandes fábricas de Lisboa (a Vulcano, a Collares, a Street, a Previdente), bem como os trabalhadores do Porto de Lisboa, ainda se

solidarizam com os grevistas, numa tentativa de forçar o conde de Burnay. Mas nada o moveu. Nem sequer o enorme comício de apoio, com cerca de 3000 pessoas, que então tem lugar em Lisboa.

Embora o regime monárquico se defrontasse já com alguma oposição, o Governo regenerador de Hintze Ribeiro era ainda suficientemente forte para não ter grandes dificuldades em reprimir este conflito. No caso do conde de Burnay, um dos empresários mais importantes do seu tempo, a ajuda governamental não se fez esperar. A violência da Polícia excedeu o usual. Por outro lado, se a ordem política não era propícia aos operários, 1903 parece ter sido económica e socialmente um ano de crise.

Em 11 de Fevereiro, a EIP anuncia, na imprensa, ter as oficinas em plena laboração. De início, a empresa tentara, não se sabe se com êxito, recrutar soldados de engenharia para substituir os grevistas. O certo é ter conseguido entretanto arranjar o número suficiente de operários que lhe permitia a reabertura da fábrica. A medida que o tempo passava, a militância ia enfraquecendo, enquanto crescia o número de «amarelos».

Apesar do notável grau de adesão e dos apoios que recebeu, a greve falha. O objectivo central da luta não era negociável. O conde de Burnay não podia prescindir do poder de nomear quem lhe apetecesse. O que hoje nos parece óbvio estava longe de o ser para aqueles metalúrgicos que, a 7 de Dezembro de 1903, se revoltaram: pelo contrário, a eles nada lhes parecia mais natural do que as chefias técnicas saírem das suas fileiras. Fora assim desde tempos imemoriais, com os artistas mais habilitados a ascenderem, no fim da carreira, aos postos de comando das oficinas. A dificuldade em quebrar esta expectativa contribuiu para que muitos empresários portugueses decidissem importar, juntamente com o maquinismo, mestres e capatazes. A luta de 1903 representa um momento de confronto entre a lógica capitalista e o mundo antigo dos ofícios. O odiado mestre alemão não foi destronado pelos metalúrgicos lisboetas que contestavam o seu distante mando e o seu saber estrangeiro. O adversário era mais poderoso e mais temível do que haviam imaginado: o Sr. Roeder era o representante de uma agressiva ordem¹¹⁹.

2.3 AS GREVES DO APÓS-GUERRA

Depois desta greve, e até à guerra, surgem aqui e ali alguns conflitos: contra encarregados injustos, contra represálias patronais derivadas de faltas à segunda-feira, etc. Mas a maior greve ocorre em Janeiro de 1911; dela nos ocuparemos noutra parte deste trabalho.

Temos poucas notícias de greves ocorridas durante a guerra. Sabemos que em 1916 se verificaram algumas lutas em Lisboa a favor do horário das 8 horas¹²⁰. Em Março de 1918, *O Século* relata também uma greve geral por aumentos salariais para todos os metalúrgicos, na sequência da recusa dos patrões em manterem o que tinham acordado com os latoeiros, greve que a 14 de Março é suspensa por o comité da greve recear que ela pudesse ser utilizada pelos «políticos», adiando a luta para depois da clarificação entre os partidos republicanos e o movimento sidonista¹²¹. E é tudo.

O período que decorre do fim da guerra até ao Estado Novo pode subdividir-se em duas fases: uma primeira, que vai de 1919 a 1923, durante a qual têm

¹¹⁹ Quinze anos depois, em 1919, os metalúrgicos ainda estão a lutar pelo saneamento do Sr. Roeder (*O Século* de 30 de Abril de 1919).

¹²⁰ Sobre este período consultámos *O Sindicalista* (1911-16) e o *Movimento Operário* (1917-18), assim como *O Serralheiro* (1918). Ver *O Século* de entre 24 de Janeiro e 14 de Março de 1918 sobre a greve dos latoeiros.

¹²¹ É geralmente difícil seguir uma greve através dum jornal diário, pois este fornece sobretudo notícias avulsas.

lugar alguns conflitos importantes; e uma segunda, de 1923 a 1934, em que as lutas são raras e dispersas¹²². Durante a primeira fase, os metalúrgicos lutam para manter o nível de vida obtido durante a guerra, constituindo a greve geral de Março de 1923 a sua última vitória. A partir desse ano, o desemprego crescente retirar-lhes-á qualquer hipótese de êxito.

Destas greves estudaremos, pelo seu significado e importância, apenas três: a greve geral, derrotada, de 1919, contra Alfredo da Silva, e as de Março de 1920 e 1923, ambas por aumentos salariais e vitoriosas¹²³.

A luta de 1919 respeita ao direito à sindicalização¹²⁴. Alfredo da Silva opõe-se à recentemente criada AC do Pessoal da Companhia União Fabril e despede dirigentes sindicais. Os colegas decidem manifestar-lhes o seu apoio e decretam, a 25 de Maio, a greve geral do pessoal da CUF do Barreiro. No dia seguinte, os operários da fábrica CUF em Alcântara aderem. A 30 estão em greve 1500 operários. A greve no Barreiro vai-se arrastando, no meio de lutas com «amarelos» e prisões. A 9 de Junho, a população do Barreiro declara greve geral como forma de protesto contra a protecção que o Governo estava a conceder a Alfredo da Silva, tendo, no dia seguinte, as federações de indústria votado uma greve geral de 48 horas, em Lisboa, contra «o rei do sebo». Em plena greve geral tem lugar um grande comício no Parque Eduardo VII. Durante dois dias, a agitação em Lisboa é grande, tendo muitos trabalhadores paralisado. Pouco depois, a empresa decide-se pelo *lock-out* nas fábricas do Barreiro e Lisboa, ficando 10 000 operários sem trabalho. No princípio de Julho, os operários regressam, depois de Alfredo da Silva se ter comprometido, o que não cumprirá, a readmitir os grevistas. São imediatamente despedidos, e expulsos das casas que habitavam, 500 operários. Depois, a vingança efectua-se a conta-gotas. Entretanto, o comandante das forças militares do Barreiro informava os operários de que a AC do Pessoal da CUF não se podia reunir. O fim era inglório.

Com Alfredo da Silva era impossível negociar. Não admira, pois, que os ódios contra ele se multiplicassem, chegando nesse ano a ser vítima de dois atentados. O primeiro, em Julho, no bairro de Alcântara; e um outro, em Novembro, à porta de sua casa¹²⁵. Pouco depois parte para o seu primeiro exílio.

Há prisões e cargas policiais. Há, paralelamente, coacção dos operários sobre os «amarelos». O Barreiro transforma-se numa cidade ocupada. A GNR reprime marchas com milhares de grevistas e dispara sobre as mulheres que as encabeçam. As sessões e assembleias sindicais são proibidas. A União Operária é assaltada, efectuam-se buscas n' *A Batalha*. Há até, o que já é mais raro, civis zelosos, os «preventivos», que assaltam à noite as casas do bairro operário e batem em mulheres e homens. Corre que Alfredo da Silva estaria a prometer elevadas quantias aos soldados e ao administrador do concelho para os estimular à repressão.

A divisão dos campos é extremada. No fundo, é uma cidade levantada contra um patrão: dum lado está o proletariado do Barreiro, do outro um homem¹²⁶.

¹²² Por já estudada, não referiremos aqui a greve geral de Novembro de 1918. Ver J. Pacheco Pereira, *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal; A Greve Geral de Novembro de 1918*, Portucalense, 1971. Sobre o período sidonista ver V. P. Valente, *Estudos sobre a Crise Nacional*, cit., e sobre os tumultos que têm lugar em Lisboa, do mesmo autor, «A revolta dos abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917», in *Economia*, n.º 2, Maio de 1977.

¹²³ Durante estes anos há pequenas greves que não referimos e sobre as quais há pouca informação: contra cerceamentos de regalias, na Street, em Outubro de 1918; por aumentos salariais e horário das 8 horas, na EIP e noutras fábricas da Companhia União Metalúrgica, em Abril de 1919; no Parque Automóvel Militar, em Fevereiro de 1920; na Portugal, em Outubro de 1920.

¹²⁴ Ver *O Século* e *A Batalha* de entre 24 de Maio e 7 de Agosto de 1919. Em vários dias seguidos, esta greve ocupa a primeira página do diário operário.

¹²⁵ *A Batalha* de 24 de Julho e 10 de Novembro de 1919 e a biografia de Alfredo da Silva por António Dias Miguel (não publicada).

¹²⁶ *Ibid.*, de 12 de Junho de 1919. (Nota da União dos Sindicatos Operários do Barreiro.)

Nos muitos artigos que publica sobre esta luta, *A Batalha* não poupa as palavras e descreve Alfredo da Silva nos piores termos. Um exemplo chega para se conhecer o tom:

Homem só no aspecto exterior. Visto na transferência dos raios X justiceros, é um alambique de venenos esverdeados. Pode comparar-se a um polvo, mas com tentáculos a dobrar. Domina, abarca, suga¹²⁷

Prosa deste tipo enche literalmente as primeiras páginas do jornal durante o período da luta. Mas, apesar da cobertura jornalística, da solidariedade e do boicote operário aos produtos da CUF, Alfredo da Silva acaba por vencer. Terá de deixar o País, mas os seus trabalhadores estão esmagados.

Esta luta tem de ser entendida no quadro do agitado período que se vivia. Portugal acabava de sair de uma guerra civil: terminara havia poucos meses a luta contra os monárquicos no Norte. A instabilidade e a insegurança eram grandes. Para uns era a revolução que chegava; para outros, o caos. O presidente do Ministério, o democrático Domingos Pereira, governava um país com sérios problemas de abastecimento e de ordem pública. O ano de 1919 foi um dos mais turbulentos da República.

A 7 de Março de 1920, os metalúrgicos de Lisboa entram em greve geral, tendo aderido não só os operários das grandes unidades metalúrgicas, mas também os operários da Central Eléctrica Tejo¹²⁸. Lisboa fica às escuras. O Governo envia marinheiros, mas mesmo entre estes há quem não acate ordens. Além disso, tendo os pequenos núcleos de metalúrgicos espalhados pelas várias fábricas decidido juntar-se aos seus colegas das empresas propriamente metalúrgicas, cerca de 50 000 operários ficam com as máquinas paradas.

A greve destina-se à obtenção de melhorias salariais. De início, os patrões só querem dar aumentos de \$30-\$40, mas acabam por conceder, após cerca de um mês de luta, um aumento que os operários aceitam: o salário dos oficiais passa então a ser, em média, de 4\$ diários¹²⁹. Se não era total, a vitória era significativa.

Entretanto, as lutas continuam, com os industriais «a virar o dente» aos pedidos de aumento, alegando que, terminada a guerra, haviam cessado as encomendas do Estado. Contudo, os preços dos géneros subiam e as regalias salariais depressa desapareciam¹³⁰.

A 19 de Março de 1923 tem lugar nova greve geral dos metalúrgicos¹³¹. Paralisam 6000, reivindicando uma nova tabela de salários mínimos, com aumentos que vão de 30 % a 60 %. Essa tabela estipulava os seguintes salários: oficiais, 20\$; meios-oficiais, 15\$; aprendizes com prática, 10\$, e sem prática, 5\$, com salários correspondentes para as mulheres¹³². A paralisação inclui Almada e Barreiro.

¹²⁷ *A Batalha* de 17 de Junho de 1919.

¹²⁸ Ver *A Batalha* e *O Século* de entre 25 de Fevereiro e 7 de Julho de 1920. Esta greve foi suficientemente importante para vir referida, como ameaçadora, no relatório anual do embaixador britânico (relatório arquivado no *Public Record Office*, W 2606/2606/36).

¹²⁹ Em 1920, o salário médio diário, na indústria, seria bastante inferior: 2\$50. Note-se, todavia, que a quantia referida no texto é um salário de um oficial.

¹³⁰ Em Agosto de 1922, a nova legislação que criara dois tipos de pão provoca uma enorme greve geral em Lisboa. Durante 1923 sucedem-se lutas causadas por esta questão, salientando-se os metalúrgicos. Apesar das enormes manifestações em 1923, o preço político do pão é abolido. Ver os ofícios dos funcionários diplomáticos britânicos existentes no *Public Record Office* (W 6906/11/36 e W 6560/11/36), que a descrevem como uma explosão de raiva popular latente há muito tempo. Ver também F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

¹³¹ *A Batalha* e *O Século* de 14 de Março a 13 de Maio de 1923.

¹³² Em 1923, o salário médio diário de um operário era de 10\$41. Entretanto, o índice do custo de vida passara, desde a data do seu último aumento, em 1920, de 551,6 para 1719,5 (Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa, As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971).

O apoio à greve parece ter sido menor que em 1920: as oficinas do Caminho-de-Ferro, a Companhia do Gás, a União Fabril e a Carris, tal como muitas secções metalúrgicas das fábricas lisboetas, não aderem. Inicialmente, a AIP oferece um aumento de 20 %, o que não é aceite, e depois salários mínimos, que vão de 7\$ a 15\$20, o que é também recusado.

No fim do mês, algumas fábricas começam a ceder e a assinar acordos com os operários. O Sindicato autoriza os operários das empresas que aceitavam as tabelas sindicais a retomar o trabalho, a fim de melhor auxiliarem os grevistas. A 13 de Maio, ao fim de quase dois meses, termina, com vitória, esta última grande greve. Mas o facto de se ter arrastado por tanto tempo e de as grandes empresas, no início de Maio, ainda estarem a resistir faz-nos pensar que o poder dos operários estava em declínio.

O esquema da repressão é o habitual. A Polícia obriga os operários a abandonar a sede sindical e encerra o edifício. São presos dirigentes por incitamento à greve. Há violência entre piquetes e «amarelos». Há, de novo, tentativa de assassinar um patrão: a 8 de Abril, a fim de demonstrar a sua «virilidade proletária», um jovem fundidor dispara sobre L. Dargent, proprietário de uma das mais importantes casas metalúrgicas, já salvo de um outro atentado bombista em 1919.

Depois é o silêncio. A «onda grevista» de 1919-23 terminara. O paralelismo com o caso dos vidreiros é notável¹³³. Nos últimos anos da República assiste-se a uma global fraqueza do movimento operário, paralela às dificuldades que as indústrias atravessavam¹³⁴.

2.4 A EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS METALÚRGICOS

Será possível ficar-se com uma ideia, mesmo se meramente aproximativa, de como evoluiu o poder de compra dos metalúrgicos desde as primeiras até às últimas greves? As estatísticas publicadas são pouco fidedignas¹³⁵. Vejamos, apesar de tudo, quais os salários recebidos entre 1881 e 1917.

Mesmo em termos nominais, os salários não são rigorosamente comparáveis, pois uns referem-se apenas a uma fábrica (1881), outros a salários médios (1905 e 1917), e dentro destes, num dos casos, a apenas um sector dentro da metalurgia. Os vários inquéritos agruparam os números das mais variadas maneiras: umas vezes incluem salários máximos e mínimos, outras apenas médios; umas vezes separam os operários por especialidades, outras só dão quantitativos globais; umas vezes incluem serventes e aprendizes no cálculo das médias, outras não.

Mais do que acerca da evolução dos salários, este quadro elucida-nos sobre a hierarquia salarial. Em 1881, os caldeireiros estavam no topo da hierarquia salarial, posição que, após variação, mantêm em 1917. Como explicar a quebra salarial entre 1880 e 1905? Erro das estatísticas ou quebra real? A questão da evolução dos salários reais dos metalúrgicos é ainda mais difícil e carece de tratamento específico. Ter-se-á de efectuar um estudo das tabelas salariais e dos preços dos principais produtos, o que implica uma investigação em arquivos de

¹³³ M. Filomena Mónica, *Poder e Saber: os Vidreiros da Marinha Grande*, cit. Este ciclo de greves é paralelo ao de Barcelona, onde em 1923 o movimento operário está exausto. Ver R. Carr, *Spain (1808-1939)*, Oxford University Press, 1966.

¹³⁴ Sobre o desemprego ver a resposta do Sindicato à Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa em 1926 (*A Batalha* de 15 de Setembro de 1926).

¹³⁵ Alguns jornais operários publicam orçamentos operários, mas estes têm de ser entendidos no seu contexto militante. Segundo *O Eco Metalúrgico* de 2 de Fevereiro de 1896, eram precisos 425 réis por dia para uma família viver com um mínimo de decência, sem contar as despesas relativas ao vestuário e calçado. Ver também o orçamento elaborado pela AC dos Fundidores de Metais em 1909 em M. V. Cabral, *op. cit.*

empresa (a supor que existem), bem como em instituições que possuam livros de contabilidade (talvez misericórdias ou hospitais) ¹³⁶.

Alguns historiadores tem, apesar de tudo, abordado o tema da evolução dos salários operários ao nível geral. Sendo as fontes o que são, as conclusões são necessariamente precárias. Os inquéritos feitos entre 1916 e 1920 e publicados

Salários diários (réis) entre 1881 e 1917 (a)

Profissões	1881(b)	1890(c)	1905(d)	1917(e)
Fundidor	875	880	680	970
Serralheiro	800	850	650	960
Ferreiro	800	980	750	—
Caldeireiro	900	700	670	1\$230
Torneiro	800	950	780	1\$010

(a) Seleccionámos apenas as profissões para as quais tínhamos dados para todos os anos.

(b) Salário médio por classes na empresa do conde de Burnay (*Inquérito Industrial* de 1881).

(c) *Inquérito Industrial* de 1890.

(d) Salário médio nas fábricas de fundição da 3.ª circunscrição, Lisboa (*Boletim do Trabalho Industrial*, 1905).

(e) Média dos salários nos quatro bairros de Lisboa (*Estatísticas Industriais* de 1917, cit.).

no *Boletim da Previdência Social* pouco ajudam, dado o carácter limitado das suas amostras. Com base neles, Oliveira Marques defende, contudo, que os salários teriam subido ligeiramente mais do que o custo de vida em 1915, 1916 e 1917. Os maus anos seriam 1920, 1922 e 1924, enquanto o de 1925 teria sido bom, pois, embora os salários estivessem estacionários, a inflação diminuiria ¹³⁷.

Quanto aos metalúrgicos, sabemos que, em 1920, o salário se elevou para 4\$000 e, em 1923, para 20\$000. Trata-se, como dissemos, dos salários dos oficiais, ou seja de salários máximos. Tendo em conta que ao nível nacional o custo de vida triplicara, o salário real dos metalúrgicos teria, por conseguinte, aumentado ¹³⁸.

2.5 TRANSFORMAÇÕES DA ACÇÃO OPERÁRIA E COMPORTAMENTOS DO PATRONATO E DO ESTADO

A partir de meados da década de 1920, as lutas são substituídas por discussões acaloradas sobre a podridão do capitalismo e a gestão da sociedade pós-revolucionária. Os metalúrgicos falam com entusiasmo de federações da indústria, de conselhos de oficinas, da reorganização global da sociedade ¹³⁹. Mas a retórica não nos deve iludir. Os «melhoramentos» não prosseguem. Em Outubro de 1926 é o próprio Sindicato Metalúrgico que apoia a tese de que o opera-

¹³⁶ Tentámos descobrir listas salariais dos antigos operários da Vulcano e Collares na Cometna, mas já não existem.

¹³⁷ *Boletim da Previdência Social*, n.os 3 (1917), 10 (1920), 14 (1923), 16 (1926), 18 (1927) e 21 (1930) e A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa*, cit., p. 367. Os inquéritos dizem sobretudo respeito aos operários e artesãos trabalhando em meio rural ou em pequenas cidades: as principais indústrias estão mal representadas. Ver o que sobre eles escreveu M. Halpern Pereira, *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte, 1979.

¹³⁸ Segundo um manifesto que a CGT publicou para provar que os salários não estavam a acompanhar o custo de vida entre 1914 e 1920, o salário médio diário dos metalúrgicos teria passado de 1\$000 para 4\$000, o que significaria um aumento um pouco superior à média (353 %) (*A Batalha* de 11 de Julho de 1920).

¹³⁹ A título meramente exemplificativo, vejamos os artigos, impressionantes a vários títulos, de J. Carlos Rates sobre a gestão do País na fase pós-revolucionária (*A Batalha* de 17, 22 e 26 de Abril de 1919).

riado deve «Arrancar os géneros onde os há»¹⁴⁰. O desespero sucedia à força do breve período da guerra.

Desde as longínquas décadas de 1850 e 1880, quando os metalúrgicos lutaram contra o avanço das relações capitalistas, até à década de 1920, muito havia mudado. Agora lutavam sobretudo pelo salário. A cultura tradicional do ofício tinha praticamente desaparecido. Mesmo quando filhos e netos de oficiais do mesmo ofício, os metalúrgicos comportavam-se cada vez mais como meros assalariados. Formavam uma «nova» aristocracia operária.

Nas primeiras greves, as duas partes em litígio defrontavam-se muitas vezes directamente. Os grevistas começavam por escolher entre eles uma comissão de luta, eleita para um único momento, só depois pedindo o apoio de delegados sindicais. Por exemplo, na greve de 1903, várias são as comissões encarregadas de apresentar as reivindicações à administração. Estes contactos tanto podiam ser orais como escritos, mas muito se passava verbalmente. Só em greves grandes apareciam manifestos e cartas. Nem sempre era fácil aos operários entrar em negociações ou ser recebidos pelos patrões, que ressentiam comissões com trabalhadores não pertencendo à empresa. Como noutros países, estas greves ocorriam sem qualquer pré-aviso: eram movimentos súbitos, aparentemente «espontâneos», surgindo a propósito de «ninharias». Tinham uma dinâmica que, aos olhos de muitos observadores, parecia irracional. Em muitos casos aproximavam-se mais dos antigos movimentos de revolta do que dos movimentos disciplinados dirigidos por aparelhos estruturados que depois lhes sucederam. Foi por isso que o decreto de 1911 que obrigava os operários a fornecer um pré-aviso antes de iniciar uma greve tanto os escandalizou.

Posteriormente, a negociação começa a fazer-se a um nível mais elevado, sobretudo quando se trata de greves gerais, como as que referimos: do lado operário temos as comissões do Sindicato ou da Federação apoiadas por delegados de organismos mais vastos, como a UON, a CGT ou a União Sindical Operária; do lado patronal, a Secção Metalúrgica da AIP. Além dos representantes das partes em luta, participavam por vezes, como medianeiros, juizes, ministros, governadores civis e presidentes das Câmaras. Para outros grupos operários encontrámos casos em que alguns destes intervenientes, com relevo especial para os representantes do poder local, demonstravam uma certa simpatia pela causa operária. Tal não sucedeu, tanto quanto sabemos, no caso dos metalúrgicos. As intervenções da Polícia, prisões, espancamentos e assaltos a sedes sindicais eram frequentes. Em Lisboa, e com patrões importantes, a Polícia não se fazia rogar. O seu contributo maior consistia na quebra dos «piquetes». A Monarquia não mostrou pruridos em intervir abertamente nas lutas entre operários e patrões, tendo nalguns casos chegado a haver feridos e mortos. A República não viria modificar substancialmente esta tradição. Não tardou em reprimir o mais pequeno conflito social com uma dureza que espantou mesmo aqueles que poucas esperanças nelas haviam depositado. A fraqueza do Estado republicano do após-guerra explica que a repressão fosse mais arbitrária, violenta por vezes, inexistente noutras. É agora que surgem «homens de mão» a atemorizar grevistas. É também agora que ocorrem vários atentados.

O comportamento do patronato em relação às greves não varia muito. Geralmente, a sua primeira e única ideia é chamar a Polícia. Homens como o conde de Burnay ou Alfredo da Silva não só têm a possibilidade de deixar arrastar as greves, como dispõem de amigos políticos importantes, o que lhes torna o acesso à Polícia, e até o recurso a soldados, particularmente fácil. São patrões muito mais ricos do que os do sector vidreiro. Enquanto estes não podiam manter as fábricas paradas por falta de *stocks*, o conde de Burnay consegue

¹⁴⁰ A Batalha de 1 de Outubro de 1926.

vencer os seus operários com o tempo. Homem extremamente rico e influente, o conde de Burnay dirige os negócios por intermédio de administradores; não é o Sr. Guilherme da Marinha Grande, ex-operário, com quem as comissões de grevistas são impertinentes¹⁴¹.

Verificámos que os metalúrgicos se haviam destacado na defesa do desenvolvimento nacional. Não estavam contudo dispostos a pagar o preço da industrialização: queriam o aço e a ponte sobre o Tejo, não queriam ser mandados pelo Sr. Roeder, nem que lhes cerceassem as regalias tradicionais. De início lutam quanto podem. Mas vão perdendo. A partir de certa altura já não é tanto a resistência à proletarianização que os leva à greve, mas, resignados ao inevitável, o desejo de obter uma melhor distribuição dos frutos do sistema.

Muitas das greves dos metalúrgicos acabam derrotadas. Num período recuado, quando não abundava a mão-de-obra especializada, não se revelara impossível vencer. Depois, a intransigência dos patrões, o desemprego e a brutalidade da Polícia acabam por vencê-los.

2.6 A FORÇA DOS METALÚRGICOS: SUAS FORMAS

Associa-se quase sempre aos metalúrgicos uma imagem de grande combatividade¹⁴². Mas não seriam os soldados de Setúbal ou os vidreiros da Marinha Grande parceiros mais fortes na luta contra os patrões? Tome-se, por exemplo, o controlo do mercado de trabalho, essencial para a manutenção dos privilégios que este tipo de operários usufruía. O facto de a Marinha Grande ser uma comunidade pequena ajudou a manter o grupo coeso e deu-lhe uma força e uma capacidade de revolta raramente encontradas noutras circunstâncias. Em Lisboa era difícil conseguir que uma classe se mantivesse unida. A coacção moral era quase impossível: os «traidores» que furavam as greves ou os oficiais que se prestavam a ensinar aprendizes escapavam facilmente nas malhas do grande aglomerado¹⁴³.

Na Marinha Grande, os manipuladores da vidraça eram um punhado de parentes e amigos: estimavam-se ou odiavam-se, mas todos se conheciam. Um serralheiro de Lisboa podia viver longe da fábrica e dos colegas; podia não ter familiares no ofício; podia não conhecer a maioria dos seus colegas. O controlo sobre a admissão de aprendizes é menor nos metalúrgicos do que entre os chapeleiros, também eles urbanos, mas formando um grupo muito pequeno. Nas décadas de 1870-80, quando o sector se estava a expandir, há greves causadas pelo recrutamento de aprendizes, mas durante a guerra não se sabe quem estava a controlar o acesso ao ofício. Não terão os patrões lisboetas tido mais liberdade para impor a sua vontade do que os marinhenses? A dispersão de

¹⁴¹ Ver o que o conde de Burnay pensava da força dos operários em *O Eco Metalúrgico* de 7 de Junho de 1896: aquando de uma greve, o conde de Burnay dissera à comissão operária o seguinte: «Os senhores não sabem o que pode resultar desta luta, os operários são uma imensa panela, mas de barro, nós, uma mais pequena, mas de bronze», e continuava, advertindo-os: «a greve é o choque inevitável entre elas, e a vossa, que é mais frágil, quebra-se, enquanto que a nossa nem sequer se amolga».

¹⁴² Trotsky afirma estarem os metalúrgicos na vanguarda do movimento na Rússia, em 1917, o que terá contribuído para a formação do estereótipo (L. Trotsky, *History of the Russian Revolution*, Londres, Sphere Books, 1967, p. 57). Também E. J. Hobsbawm afirma que, a partir de 1897, os metalúrgicos se tornaram os dirigentes mais militantes do movimento operário (E. J. Hobsbawm, *Labouring Men*, cit., p. 360). Ver as conclusões a que chegou G. Grossick sobre os metalúrgicos de Londres entre 1840 e 1880 em G. Grossick, *An Artisan Elite in Victorian Society*, Londres, Croom Helm, 1978.

¹⁴³ M. Hanagan estudou uma comunidade francesa, Rive de Giers, cuja população operária era composta quase exclusivamente por vidreiros e metalúrgicos. Estes ganhavam menos do que os primeiros e estavam longe de constituir um grupo tão coeso como os vidreiros. [M. Hanagan, *The Logic of Solidarity: Artisans and Industrial Workers in Three French Towns (1871-1914)*, Londres, University of Illinois Press, 1980.]

uma classe numerosa numa grande cidade fazia com que fosse quase impossível vigiar os operários que se prestavam a obedecer às ordens dos patrões¹⁴⁴.

Contudo, se vencem menos greves do que esperávamos, se não possuem a força que detêm noutros países, os metalúrgicos não são um grupo de trabalhadores ordeiros¹⁴⁵. A cidade não lhes é totalmente adversa. As greves de metalúrgicos podem ser assustadoras. O seu impacto não tem medida comum com as dos vidreiros ou chapeleiros. Os metalúrgicos não tinham um grande poder no interior da fábrica; tinham-no contudo na rua. Eram particularmente eficazes na agitação. Eram capazes de pôr a capital às escuras. Eram insubstituíveis nos comícios do Parque Eduardo VII, nas marchas contra o clericalismo, nas manifestações de apoio à CGT, nas greves gerais.

Os metalúrgicos de Lisboa já não tinham a força que advém do sindicalismo de ofício e não tinham ainda a que os sindicatos modernos, mais burocratizados e centralizados, conferem. Se considerarmos que a força sindical se mede, internamente, pela audiência e obediência que os dirigentes conseguem obter e, externamente, pela capacidade de conseguir as regalias a que os seus membros aspiram, então os sindicatos metalúrgicos tinham menos poder do que os vidreiros. Mas tinham um poder de outro tipo: o de massas. Era do número e da visibilidade que retiravam a força. Era na greve geral e na rua, era atemorizando governos e perturbando a ordem pública que os metalúrgicos modernos conseguiam o que queriam.

III — OS OPERÁRIOS E A DEMOCRACIA

1. O DEBATE SOBRE O SUFRÁGIO

«Belos tempos eram esses!» Assim começa um artigo publicado, em Novembro de 1895, n' *O Eco Metalúrgico*, que continua:

Os partidos políticos mediam todas as suas forças e, embora a derrota fosse certa, eles lá estavam na brecha, afirmando a sua existência de um modo eloquente. É que então deixava-se aos partidos contrários anteverem a possibilidade da eleição de um dos seus membros, e por consequência a coparticipação na solução das grandes questões que interessam ao povo. O período que antecedia o dia da eleição era cortado por uma agitação que se manifestava por diversas formas: era o jornal, o manifesto, as reuniões públicas; os operários sentiam-se elevar, como que uma força estranha os arrancava ao estado de abatimento em que por momentos se tinham deixado cair. O estado de atonia desaparecia, para dar lugar a uma expansão própria das organizações predispostas para a luta. O povo levantava-se e acompanhava as lutas partidárias que então se faziam, e, quando outra coisa não se lograsse alcançar, conseguia-se pelo menos despertar nele o sentimento do dever, porque desgraçado é o povo que não sabe sentir¹⁴⁶.

Esta longa citação justifica-se. Abre um debate. Pouco se sabe sobre os comportamentos eleitorais dos operários em Portugal e o que foi escrito levar-nos-ia a pensar terem eles desde cedo «conscientemente» desprezado o sufrágio

¹⁴⁴ Ver a queixa dos fundidores, em 1909, de que havia um excesso de oferta de mão-de-obra em M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*

¹⁴⁵ Nos EUA, por exemplo, só em 1919 os metalúrgicos entram em greve. É esta passividade que num interessante livro D. Brody tenta explicar. Ver D. Brody, *Steelworkers in America: The Nonunion Era*, Nova Iorque, Harper, 1960.

¹⁴⁶ *O Eco Metalúrgico* de 17 de Novembro de 1895.

universal¹⁴⁷. Como explicar então a nostalgia contida neste parágrafo? Como foi possível que os metalúrgicos, mais tarde um dos bastiões do sindicalismo revolucionário, proferissem tão estranhos lamentos? O que mudou durante estes anos e porquê? Fundamentalmente, são estas as questões a que aqui se tentará dar uma primeira e provisória resposta¹⁴⁸.

A que «belos tempos» se referem estes dirigentes metalúrgicos lisboetas? Que teria mudado, em 1895, para os fazer olhar para trás como para um paraíso perdido? A lei eleitoral de 1878, que concedia o voto aos analfabetos, desde que chefes de família, e aumentava o número de círculos eleitorais, permitia a possibilidade formal de participar na luta política¹⁴⁹. Permitia um voto alargado, à semelhança do que, um pouco por toda a Europa, se ia fazendo. Como resultado, logo no ano seguinte foi eleito o primeiro deputado republicano¹⁵⁰.

De 1884 a 1895, as alterações na legislação destinaram-se quase sempre a corrigir a abertura inicial. A Lei de 21 de Maio de 1884, chamada de Barjona de Freitas, embora mantendo a capacidade eleitoral, modifica os círculos, que passam a ser, nas sedes de distrito, plurinominais. Mesmo com esta lei, o voto republicano ia crescendo: em 1887, o PRP elege 3 deputados e 6 em 1890. O perigo era claro: em 1895 sai uma nova lei, restringindo a capacidade eleitoral e o número de círculos. A partir de então só podiam votar os alfabetos ou os indivíduos que pagassem contribuições directas superiores a 500 réis, passando os círculos, em número de 21, a ser plurinominais. Era imperioso subalternizar o voto urbano. Quando, no ano seguinte, perante as críticas e a abstenção dos partidos da oposição, se altera a lei, as modificações só se irão aplicar à província; em Lisboa e no Porto mantêm-se os círculos plurinominais¹⁵¹.

Esta legislação de Hintze-Franco provocou uma drástica inversão na expansão do número de recenseados, em crescimento há décadas. De 1864 a 1878, a população recenseada passara de 344 173 para 580 214, continuando a subir durante a década de 1880, atingindo os 874 538 recenseados em 1890. Em Lisboa, durante este mesmo período, o eleitorado potencial duplicara: passara de 17 792 (1864) para 34 025 (1890).

Os registos que até nós chegaram sobre as ideias políticas dos metalúrgicos em épocas recuadas resumem-se a alguns artigos e campanhas d'*O Eco Metalúrgico*. Na sua primeira fase (1895-97), o jornal valorizava claramente o sufrágio, tendo participado no plebiscito pró-sufrágio universal organizado pelo PS em Novembro de 1895 e que só em Lisboa recolhe 4000 assinaturas¹⁵². Até 1897, os metalúrgicos parecem estar de acordo quanto à forma de representação política: as eleições eram úteis e legítimas. Mas em 1895 são subitamente expulsos do sistema político. Durante uns meses ainda lutam e protestam. Mas nada resultará. Dois anos depois, n'*O Eco Metalúrgico* começam a aparecer alguns artigos

¹⁴⁷ Ver, por exemplo, M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*

¹⁴⁸ O assunto será aprofundado em futura obra. Tenho em curso uma investigação sobre este mesmo tema em relação ao operariado de Lisboa no seu conjunto, com base numa análise dos cadernos eleitorais.

¹⁴⁹ Era considerado «chefe de família» todo aquele que, vivendo há mais de um ano em comum com qualquer seu ascendente, descendente, tio, irmão ou sobrinho, ou com sua mulher, provia aos encargos da família. O número de círculos passa de 100 para 137.

¹⁵⁰ Os motivos que levaram o Governo de Fontes Pereira de Melo a promulgar tão liberal lei não são fáceis de explicar. Oliveira Martins aponta o carácter inócuo desta abertura num país atrasado. No *Portugal Contemporâneo* pergunta retoricamente:

Desde que, no espírito dessas plebes, a loucura setembrista se acabara, que perigo havia em lhes dar a soberania?

¹⁵¹ Em 1908, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, Trindade Coelho considerava o diploma de 1895 «o mais retrógrado dos nossos diplomas eleitorais».

¹⁵² *O Eco Metalúrgico* de 17 de Novembro de 1895.

defendendo uma mudança de rumo. Mesmo que o desejassem, escreve um articulista, os operários não podiam votar, porque o voto lhes fora «extorquido»¹⁵³. As críticas à política partidária e ao sufrágio viciado são agora predominantes. O papel do Parlamento passa a ser visto negativamente, como o ilustra um artigo publicado em Abril de 1897:

O parlamentarismo, que foi defendido pelos homens mais sérios e honestos do princípio deste século prestes a extinguir-se, está hoje reconhecido como um cancro social.

Para este articulista, «um deputado burguês [era] a quinta-essência da fraude». E explica porquê:

Começando a enganar os eleitores com o seu programa, depois com o recenseamento viciado, sem ser a expressão da verdade, sai deputado depois de empregar toda a casta de dolo, fraude e mentira, chegando ao Parlamento, passa a ser um títere nas mãos do chefe do seu partido¹⁵⁴.

Assim, o operário deveria desinteressar-se da política e dedicar-se à melhoria da situação económica, através das suas associações de classe, únicos órgãos que lhes pertenciam e que de facto defendiam os seus interesses¹⁵⁵.

A tática parlamentar dos «socialistas absolutos» de Azedo Gneco é criticada pelos metalúrgicos, que aderem aos «socialistas possibilistas», liderados por Luís de Figueiredo, ala ligada à antiga Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa. Em 1897 organizam, como vimos, conjuntamente com os libertários, um Congresso das Associações de Classe contra o congresso do grupo de Gneco.

A situação em relação ao voto é agravada com a «ignóbil porcaria» de 1901, como passou a ser conhecida a lei eleitoral desse ano, que, por um lado, estipulava que todos os círculos passavam a ser plurinominais e, por outro, reorganizava os círculos de Lisboa de forma a diluir o seu eleitorado no mundo rural vizinho. Era escandaloso: Lisboa chegava, segundo esta lei, a Alenquer, Torres Vedras, Azambuja e Cadaval. As comissões de recenseamento, que ainda figuravam, nas leis de 1895, 1896 e 1899, com a representação do presidente da câmara ou de um membro da vereação, com um cidadão nomeado pelo poder judicial e com o conservador da comarca ou delegado do procurador régio, são suprimidas. A partir de agora, o recenseamento está totalmente nas mãos do Governo.

Apesar de todos estes obstáculos ao sufrágio popular, ainda restavam alguns operários com direito a votar. É para estes que os dirigentes metalúrgicos escrevem, tentando convencê-los da inutilidade da luta política. Em 1904 aparece em Lisboa um novo jornal, *O Metalúrgico*, que, nalguns dos seus artigos, advoga a abstenção. Em Julho de 1904, o jornal defende que, uma vez que só vence as eleições «quem está por cima», os operários se deviam afastar das urnas¹⁵⁶. A ideia de que a sua emancipação deveria contar apenas com as suas próprias forças começa a ganhar terreno, pelo menos ao nível doutrinário:

À nossa inteligência e ao nosso braço confiemos, livres da nociva influência dos *meneurs*, o melhoramento da nossa situação pelo ataque constante aos odiosos privilégios em que se baseia a sociedade burguesa. Não encarre-

¹⁵³ *O Eco Metalúrgico* de 4 de Abril de 1897.

¹⁵⁴ *Ibid.*, id.

¹⁵⁵ Ver, por exemplo, *ibid.*, de 21 de Março de 1897.

¹⁵⁶ *O Metalúrgico* de 3 de Julho de 1904.

guemos ninguém de velar pelos nossos destinos [...] Dispenseemos chefes, dispenseemos mentores [...] A nós e só a nós, os proletários, é que nos cabe resolver o problema do pão¹⁵⁷.

Um outro resumia o que muitos sentiam agora:

O proletariado tem mais que fazer do que brincar com papelinhos, boletins de voto, que têm feito, através das idades, a escravidão política em que vivemos¹⁵⁸.

O voto, anteriormente tão amado, era agora considerado um inimigo da emancipação operária.

2. O REPUBLICANISMO

Mas estas inflamadas opiniões não eram partilhadas por todos. Por estes mesmos anos nascia um fenómeno político novo: a adesão de significativas camadas populares lisboetas ao republicanismo.

Lisboa era o centro de um sistema político que convidava à tomada do poder e à agitação. Tinha uma pequena burguesia, para quem a opulência dos ricos e a ociosidade dos políticos eram visíveis e uma classe operária pouco disposta a resignar-se ao seu destino. Aqui se encontrava uma população heterogénea de trabalhadores recentemente fugidos da miséria dos campos: marçanos, carvoeiros, vendedores ambulantes, engraxadores sem emprego estável e facilmente mobilizáveis para a agitação¹⁵⁹. A capital era simultaneamente uma metrópole e um centro tradicional. A sua indústria era menos moderna que a do Porto: neste último centro, o número médio de homens por fábrica era de 76 e em Lisboa de 19.

Os canais entre os sectores radicais da pequena burguesia e as classes trabalhadoras permaneciam abertos. Em muitos casos, a diferença social entre um pequeno comerciante e um artesão ou operário qualificado era menor do que a existente entre estes e o trabalhador desqualificado e miserável. Na sua mistura social e características políticas, Lisboa era única.

Em termos eleitorais, Lisboa era menos controlável que a província¹⁶⁰. A proporção da população que sabia ler era excepcionalmente alta: entre 1890 e 1930 a percentagem de analfabetismo passara de 33 %, para 18 %. Nos bairros operários, como a Ajuda ou Alcântara, havia indivíduos que se sentiam com direito a participar na gestão pública. Muita desta gente era recenseável, direito a que, nos últimos anos da Monarquia, recorre em números crescentes. Apesar do que em contrário tem sido defendido por M. Vilaverde Cabral, o ideal republicano atraiu um número desconhecido, mas certamente importante, de operários¹⁶¹. O que em Lisboa estava a acontecer não era, no fundo, muito

¹⁵⁷ *O Metalúrgico* de 10 de Julho de 1904.

¹⁵⁸ *Ibid.*, de 12 de Junho de 1904.

¹⁵⁹ De 1890 a 1925, Lisboa passara de cerca de 300 000 para 520 000 habitantes. Só Setúbal se expandia a ritmos mais rápidos.

¹⁶⁰ Em Lisboa e no Porto, os governos só ocasionalmente perdem as eleições: no Porto, em 1899, e em Lisboa, em 1910, em ambos os casos a favor dos republicanos (O. Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas, 1978, 5.^a ed., p. 81).

¹⁶¹ M. Vilaverde Cabral. *op. cit.* Uma opinião contrária é expressa por V. Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit. Muitos testemunhos contemporâneos, de David Carvalho a Alexandre Vieira, confirmam esta última tese. A própria *Batalha* reconhece o papel dos operários na implantação da República (ver, por exemplo, o número de 12 de Março de 1919), tal como o relatório da CGT ao I Congresso de Berlim, de 1923 (*A Batalha* de 26 de Janeiro de 1923). Veja-se ainda o que na sua entrevista diz Emídio Santana em L. Salgado de Matos, *op. cit.*

diferente da aliança que estivera na base do partido de Leroux em Barcelona ¹⁶².

Pelo salário e pelo *status*, os metalúrgicos pertenciam às camadas privilegiadas da hierarquia operária ¹⁶³. Conviviam com outros trabalhadores «aristocráticos» mais do que com os seus colegas da têxtil ou com os trabalhadores sem eira nem beira que abundavam na capital. A fotografia dos grevistas da Empresa Industrial Portuguesa, de lacinho e chapéu de coco, que a *Ilustração Portuguesa* publica em 1904 e que aqui se reproduz, é um bom testemunho ¹⁶⁴. Quando comparados com os europeus, os índices de alfabetização destes operários estavam longe de ser brilhantes. Para Portugal, contudo, são muito altos ¹⁶⁵; em 1905, as percentagens de alfabetização nas fábricas de fundição de Lisboa subiam a 60 % no caso dos caldeireiros e a 89 % no dos torneiros ¹⁶⁶.



Grevistas da AIP em 1903.

Dois tópicos, em particular, juntaram os republicanos e os operários durante o final da Monarquia: a luta contra a carestia de vida e a defesa das liberdades. Não faltam exemplos de propaganda conjunta entre metalúrgicos e republicanos, principalmente a partir de 1904. Em Fevereiro desse ano, a Confederação Metalúrgica aprovou uma moção de protesto contra o agravamento dos impos-

¹⁶² J. Romero Maura, *La Rosa de Fuego, El Obrero Barcelonés de 1899 a 1909*, Barcelona, Grijalbo, 1975.

¹⁶³ Ver a resposta da AC dos Torneiros de Metal em M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*; também através dos vários inquéritos industriais se verifica que os metalúrgicos estavam no topo da pirâmide salarial, especialmente os carpinteiros de moldes, caldeireiros e fundidores.

¹⁶⁴ *Ilustração Portuguesa* de 25 de Janeiro de 1904.

¹⁶⁵ Ver, por exemplo, para os operários de Lião, Y. Lequin, *Les Ouvriers de la Région Lyonnaise (1848-1914)*, Presses Universitaires de Lyon, 1977.

¹⁶⁶ *Boletim do Trabalho Industrial*, 1905. Ao nível nacional, as taxas de alfabetização dos metalúrgicos eram também elevadas. Em 1917, 74,2 % dos metalúrgicos adultos sabiam ler — e só 56 % no caso dos menores, o que se explica devido à existência de escolas para adultos organizadas pelos sindicatos (*Estatísticas Industriais* de 1917, cit.). Este inquérito não discrimina os operários metalúrgicos por especialidades, nem separa Lisboa do resto do continente. É preciso ter ainda em conta que o número de metalúrgicos é muito reduzido (648). Este verbete refere-se a poucas empresas. A taxa média nacional, ainda de acordo com os dados de 1917, era de 46 %. Grupos de operários qualificados, como os vidreiros, ou artesanais, como os sapateiros, tinham taxas inferiores (49 % e 56 % respectivamente), descendo previsivelmente a taxa para 35 % na têxtil.

tos indirectos, em que declara estar preparada para apoiar quaisquer campanhas contra o aumento de preços. De facto, no final desse mês, os delegados da Confederação Metalúrgica, João Pereira e Pinto de Sousa, discursam num comício organizado pelos republicanos, afirmando aderir sem inquirirem de quem o promovia, pois não era uma manifestação partidária que iam auxiliar, mas antes o povo de Lisboa, que, pondo de parte todas as paixões políticas, se reunia para reclamar contra as propostas da Fazenda. No final do discurso, dirigindo-se directamente aos republicanos que haviam promovido a reunião, dizem ainda:

Ilustres Senhores: não sabemos [...] o que este comício resolverá; pois, qualquer que seja a vossa resolução, nós estamos ao vosso lado para o que necessário for ¹⁶⁷.

Nesse mesmo ano forma-se uma organização para combater a repressão: a Liga contra a Lei de 13 de Fevereiro (de 1896) ¹⁶⁸, a que os metalúrgicos aderem. As reuniões têm lugar na Confederação Metalúrgica, que desenvolve uma campanha contra a continuação do encarceramento do dirigente operário Bartolomeu Constantino, após o Supremo Tribunal ter confirmado a sua sentença. Esta campanha recolhe inúmeras adesões: de associações de classe, de centros e advogados republicanos, e até de Bernardino Machado, que, numa carta dirigida aos operários, afirma ser o anarquismo «um sublime ideal» ¹⁶⁹.

Finalmente, os apoios financeiros dos republicanos durante algumas greves, a sua participação em actividades culturais dos sindicatos, a cobertura que os seus jornais dão aos conflitos operários, a sua ajuda na defesa dos «presos sociais» não podem também ser esquecidos. Entre o movimento operário e os centros republicanos existiam muitos canais de entreajuda e contacto ¹⁷⁰. A mero título de exemplo, cite-se o caso da greve da Empresa Industrial Portuguesa, em 1903: para além dos previsíveis dinheiros recolhidos nas oficinas, os metalúrgicos recebem também a ajuda da Comissão Eleitoral Republicana de Alcântara. Ou as conferências que Teófilo Braga, Brito Camacho ou Agostinho Fortes realizam na AC dos Metalúrgicos de Lisboa, em Setembro de 1905 ¹⁷¹, um mero exemplo do que tão frequentemente sucedia.

Entre os metalúrgicos que haviam abandonado o «reformismo socialista», nem todos estavam de acordo quanto à táctica a seguir em relação às eleições. Sinais da polémica sobre a atitude a adoptar em relação ao Partido Republicano começam a aparecer por volta de 1904, na secção «Tribuna livre» de *O Metalúrgico*. Um dos dirigentes mais destacados, J. de Jesus Gabriel, embora se afirme antiparlamentarista, pronuncia-se favoravelmente pelo voto republicano. Na sua opinião, o voto na República era necessário ¹⁷². A este artigo responde, no mesmo jornal, Pedro Muralha, que afirma ser absurda a posição de Jesus Gabriel, uma vez que a República jamais poderia ser implantada através do sufrágio, mas apenas através de uma insurreição: com a lei eleitoral vigente,

¹⁶⁷ *O Mundo* de 23 de Fevereiro de 1904. Esta fase idílica nas relações entre metalúrgicos e republicanos não deixou de ter algumas nuvens: em 1907, Pinto de Sousa demite-se da comissão por discordar da sua orientação (*O Mundo* de 17 de Janeiro de 1907).

¹⁶⁸ Trata-se da lei que permitia deportar opositores ao Governo com uma grande facilidade. Formalmente, aplicava-se apenas àqueles que aconselhassem actos subversivos ou professassem doutrinas anarquistas; na prática, permitia toda a espécie de repressão. Já na altura em que a lei fora publicada, *O Eco Metalúrgico* se insurgira contra ela.

¹⁶⁹ *O Mundo* de 2 de Janeiro de 1905.

¹⁷⁰ A este propósito ver ainda *Os Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, IN, 1915.

¹⁷¹ *O Século* de 4 de Setembro de 1909.

¹⁷² *O Metalúrgico* de 3 de Julho de 1904.

dizia, só as classes dirigentes determinavam quem tinha assento no Parlamento¹⁷³. A polémica prossegue, defendendo Jesus Gabriel que a abstenção fortalecia na prática a Monarquia, razão de sobra para que os operários votassem pela República.

O Partido Socialista nunca teve, em Portugal, a projecção e o dinamismo que tinha na Europa¹⁷⁴. Em 1878, um homem tão conhecido como Oliveira Martins não obtinha, no Porto, mais de 30 votos. O número sobe depois a algumas centenas. Durante a Monarquia, o PS atinge o ponto alto em 1901, quando chega aos 1341 votos. Depois, até à implantação da República, diminuiu de novo¹⁷⁵. Muitas são as razões da atrofia deste partido. A legislação de 1895, que impedia o acesso às urnas a grande parte das classes trabalhadoras¹⁷⁶, sobrepôs-se, no princípio deste século, o entusiasmo pelo projecto republicano. No terreno eleitoral, os socialistas tinham fortes rivais nos republicanos.

Também no terreno sindical os socialistas estavam a perder. Na última década do século XIX, os anarquistas adquirem cada vez mais audiência. Portadores de uma utopia revolucionária, tinham à sua frente quem os escutasse com agrado. Advogavam um reino de justiça onde os homens recuperariam a dignidade que lhes fora retirada por uma corrupta organização social. Odiavam a sociedade em que viviam e sobretudo o Estado, que lhes aparecia como o mal absoluto. Prometiam um súbito apocalipse, não um longo combate com lutas parciais e acções legais. A doutrina que prometia desde logo uma sociedade igualitária adequava-se melhor às aspirações dos trabalhadores portugueses, que podiam sonhar tudo, porque pouco, ou nada, podiam obter pacificamente.

Em 1904, o jornal dos metalúrgicos publica artigos atacando «o reformismo», que, longe de acelerar o processo revolucionário, pela intensificação da «rebeldia», só servia para enganar os trabalhadores¹⁷⁷. Um testemunho interessante é a resposta da AC dos Metalúrgicos de Lisboa ao questionário enviado pelo Ministério das Obras Públicas em 1909, um documento raro editado pelos próprios operários¹⁷⁸. Nesta sua resposta, a AC anarco-sindicalista advoga naturalmente a supressão do Estado:

De facto, não caluniamos, nem é novidade dizermos que financeiros, aristocratas, palatinos, magistratura, advocacia, clero, classe militar, política, comércio em todas as suas manifestações, burocracia, etc., etc., absorvem a maior parte da produção de uma só classe — a operária —, não contribuindo, por sua vez, com a menor parcela para o que devia constituir o património comum. O único, absolutamente o único, remédio a aplicar à

¹⁷³ *O Metalúrgico* de 17 de Julho de 1904.

¹⁷⁴ De 1893 a 1909, o PS está dividido nas facções «possibilista», de Luís de Figueiredo, e «marxista», de A. Gneco. Ver C. Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, cit.

¹⁷⁵ Só em 1911 conseguirá o PS eleger o seu primeiro deputado.

¹⁷⁶ Imediatamente antes da queda da Monarquia, o regime efectuou algumas diligências no sentido de impedir uma nova aliança PS-PRP. (Em 1900 houvera listas de republicanos e socialistas e em 1903 os socialistas da ala de Gneco votaram nas listas republicanas.) Ver a carta do rei D. Manuel II ao seu primeiro-ministro em *Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, cit.

¹⁷⁷ Por exemplo, *O Metalúrgico* de 10 de Julho de 1904.

¹⁷⁸ Este documento é inédito. Não se encontra em nenhuma das bibliotecas consultadas. Viemos a descobri-lo no espólio de Pinto Quartim, depositado no Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras (ICS). Intitula-se *Resposta ao Questionário Industrial Formulado pelo Ministro das Obras Públicas* e foi editado pela AC dos Operários Metalúrgicos de Lisboa em 1910. Tal como as suas congéneres, esta era obrigada a responder ao questionário oficial. Porque discordava de qualquer tipo de colaboração com o Estado, optou pelo envio de um relatório muito violento. Sem que dê para tal facto qualquer explicação, a Repartição do Trabalho Industrial não inclui a resposta no volume que organizou e publicou, onde aparece apenas a ordeira resposta da AC dos Fundidores de Metais de Lisboa.

miséria e ao mal-estar moral e material da classe trabalhadora é, indiscutivelmente, a desapareição do Estado sob todas as suas formas e o ingresso de todas as pretendidas classes superiores já aludidas na classe trabalhadora, a fim de que, produzindo todos, igualmente todos consumam na medida das suas necessidades.

Visto que a destruição do Estado é condição *sine qua non* de qualquer acção, todo o movimento que não tenha tal objectivo como prioridade fundamental é um inimigo:

Todas as pseudoprofilaxias tendentes a remediar a miséria dos proletários que não se baseiem na propaganda tenaz destes princípios são paliativos que só alvejam a demorar o advento da sociedade trabalhadora, ao mesmo tempo que servem os intuitos e as ambições políticas dos que pretendem viver promulgando vistosas e artísticas leis, sem conceder sequer um átomo do muito que lhes pertence.

O reformismo era um logro.

O exemplo estrangeiro servia, na opinião destes militantes, para convencer os operários portugueses de que não teriam de cometer cá os mesmos erros que os seus companheiros haviam cometido lá fora. Também no estrangeiro se tinha passado pela fase dos inquéritos, sem que algo tivessem os operários obtido. Até havia mesmo representantes socialistas no Parlamento, vivendo «à grande com largos proventos e honrarias», mas a classe operária permanecia miserável. «É que não é com leis que se não cumprem, que se fazem para não se cumprirem, não é com essas leis», escrevem, «que se alimentam os operários; não é com laudatórios discursos encaminhados a abrir a estrada do poder que se dará o bem-estar aos produtores; não é com complicados e duvidosos inquéritos destinados a dormir o sono eterno nos arquivos dos ministérios, ou a meter uns cobres nas burras dos livreiros, que se conseguirá a livre produção e o livre consumo.»

A solução que preconizam é uma organização sindicalista forte utilizando como arma a acção directa:

Uma parte da classe operária compreendeu, tardiamente é certo, que só pelo conhecimento claro e profundo dos seus direitos e o contraste flagrante e quotidiano da sua miséria com os gozos da improdutiva classe burguesa, frente a frente, sem intermediários de espécie alguma e mercê de uma constante organização sindicalista, podia arrancar à única classe antagónica o bem-estar (por sucessivas regalias) a que tem inatacável e indiscutível direito.

Não se podia ser mais claro: os políticos eram uns aldrabões; o voto uma burla; a acção directa a única forma de luta admissível¹⁷⁹.

A luta legal nada trouxera aos operários. Os políticos haviam-nos enganado. O Parlamento desprezara-os. Uma teoria que radicalmente negava o valor das instituições democráticas tinha de ser popular. O sindicalismo revolucionário foi a teoria da expulsão dos operários do sistema político. A partir de certa altura, aqueles aperceberam-se de que só com eles podiam contar. Eram «bastardos da sociedade». O sindicalismo erigiu em virtude o que fora uma

¹⁷⁹ Seria bom saber-se o número de operários que estavam inscritos na AC anarquista, a fim de se averiguar até que ponto era representativa. Ao contrário da AC dos Operários Metalúrgicos de Lisboa, a AC dos Fundidores esperava muita coisa do Governo, sendo a sua atitude em relação ao patronato também muito diferente. Infelizmente, não possuímos mais dados sobre estas associações. Ver M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*

necessidade e colocou no seu centro um desejo insaciável de autonomia e independência.

Nas décadas de 1880 e 1890, teoricamente pelo menos, os operários podiam derrubar governos. É possível que os efeitos reais da legislação fossem mínimos. Mas a possibilidade estava lá. A partir de 1895, as várias leis eleitorais tenderam a impedir o alargamento do voto, especialmente nas cidades. A «ignóbil porcaria» de 1901 excluiu do sistema político não só os republicanos, mas os operários. Por muito boa vontade que D. Manuel II tivesse em relação ao PS, estava perante um *impasse*: ao abrir o sistema eleitoral aos votos socialistas corria o risco de ser inundado pelos republicanos¹⁸⁰. Optou por manter o sistema fechado.

Nas eleições de 29 de Abril de 1906, os republicanos haviam obtido, em Lisboa, 10 107 votos, o que excedia os votos obtidos pelos candidatos monárquicos¹⁸¹. O número de deputados republicanos passava, pouco depois, para 8 e no ano da revolução os republicanos tinham 14 deputados no Parlamento¹⁸². Em Lisboa, o PRP aumentava a olhos vistos: entre 1901 e 1910, o voto republicano aumentou quase cinco vezes (491 % no círculo ocidental e 444 % no círculo oriental)¹⁸³. Apesar de todas as precauções e fraudes, a Monarquia não conseguia manter-se. E, à medida que ia fechando os canais legais, não deixava outra opção senão a violência.

Entre 1901 e 1908, a mobilização do eleitorado foi grande¹⁸⁴. Poucos operários podiam votar, e pouco livremente; mas a esses foi paciente e sistematicamente dito que era um dever ir às urnas exprimir a sua confiança nos republicanos. Os trabalhadores votaram para ajudar a derrubar a Monarquia. Não gostavam de reis, como não gostavam de patrões. E um vago projecto revolucionário que lhes prometia tudo mudar não lhes desagradava. Não eram homens deles que estavam à frente do movimento, mas o António José de Almeida falava bem nos comícios e houve operários que o ouviram e que nele acreditaram.

4. A REPÚBLICA

As fortes expectativas criadas pela propaganda republicana explicam em parte que o ano de 1911 tivesse sido um período de intensa agitação e desilusões. No caso dos metalúrgicos, o processo de desencanto levou algum tempo. Em Janeiro ainda interrompem voluntariamente uma greve após o novo governador civil de Lisboa os ter convencido de que estavam a prejudicar o regime.

Vejamos o que então se passou. A 12 de Janeiro de 1911 estala na capital uma greve geral metalúrgica. A atitude dos industriais em relação às reivindicações (8 horas, horas extraordinárias a dobrar, abolição de empreitadas) é intransigente, afirmando que a crise que a indústria atravessava não lhes permitia ceder. Em face desta recusa, os operários recorrem à intervenção do Governo, que consegue demovê-los da luta. A 20 desse mês retomam o trabalho, na sequência da seguinte moção, aprovada pelos fundidores:

Considerando que, pela exposição feita pelo digníssimo cidadão governador civil de Lisboa, as greves estão prejudicando a normalidade do País e se propala serem movidas pelos inimigos da República; considerando que a

¹⁸⁰ *Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, cit.

¹⁸¹ V. P. Valente, *O Poder e o Povo*, cit.

¹⁸² Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, cit.

¹⁸³ V. P. Valente, *O Poder e o Povo*, cit.

¹⁸⁴ Id., *ibid.*, O. Marques, *História de Portugal*, cit.

nossa greve é movida por princípios justos e só tem por fim a reivindicação dos nossos direitos; considerando que a intransigência dos industriais é fundada no pouco desenvolvimento da respectiva indústria e na grande concorrência estrangeira, a classe dos fundidores de metais resolve retomar o trabalho, não só para não prejudicar o Governo na sua patriótica missão, como para demonstrar que não obedece a instigações estranhas, e aceitar as cláusulas 2.^a e 4.^a do ofício dos industriais, datado de 13 do corrente, reservando para melhor oportunidade as reivindicações a que tem direito ¹⁸⁵.

Por ora, a República ainda tinha algum crédito.

Mas o novo regime não tardou a desiludir os metalúrgicos. Os «assassinatos» de Março puseram fim ao idílio. Os metalúrgicos aderem entusiasticamente à greve geral que então teve lugar para exigir a demissão do administrador do concelho de Setúbal. Terminava uma curta época.

Os digníssimos cidadãos da República tinham agora problemas que não coincidiam com os dos operários. Paradoxalmente, o problema da subordinação da classe operária punha-se mais duramente na República do que na Monarquia. Mais do que os anteriores partidos monárquicos, o Partido Democrático precisava do voto operário. E era exactamente porque precisava dele que não podia permitir que o operariado tivesse qualquer acção autónoma. Porque fraco, o Partido Democrático não tinha possibilidade de encarar as greves com serenidade. Inventou-lhes *meneurs* monárquicos, para mais facilmente as reprimir ¹⁸⁶. Assim, e apesar de o terem tentado, os democráticos não reconquistaram a classe operária, a quem, em bons momentos, gostariam de proteger, mas não de enfrentar organizadamente ¹⁸⁷.

Apesar das promessas, o diploma de Afonso Costa, de 1913, exclui do sufrágio os analfabetos e mantém os círculos plurinominais. Ao contrário do que sucedia por toda a Europa, o sufrágio universal ia-se tornando em Portugal um privilégio do passado: em 1913, o número de recenseados era menos de metade do que em 1890 ¹⁸⁸. Em Lisboa, a situação era diferente. A capital era o reduto dos democráticos e do que eles consideravam o «voto consciente». Era no campo que o regime corria riscos. Em Lisboa, o número de recenseados passa de 34 000 em 1890 para 48 500 em 1913. Depois, em 1915, subirá para cerca de 56 000, nível em que se manterá até ao fim da República. As leis eleitorais publicadas depois voltam a fazer subir o número de recenseados. Dos 471 000, de 1915, passa-se, em 1918, com a legislação de Sidónio Pais, para um número recorde: 900 000. A situação altera-se de novo no após-guerra. Até ao golpe de 1925, a população recenseada mantém-se à volta do meio milhão.

Se o número de votantes potenciais cresce, não parece ter crescido paralelamente o número de votos. Aquilo que as fontes secundárias nos dizem relativamente à abstenção eleitoral é de tal forma contraditório, que nada se fica a saber de seguro. O próprio Oliveira Marques fornece números diferentes na sua *História de Portugal* e na *História da 1.^a República Portuguesa: As Estruturas de Base*. A crer nos números apresentados nesta última obra, dos 846 801 recen-

¹⁸⁵ Ver *O Século e O Mundo* de 11 a 20 de Janeiro de 1911. A cláusula 2.^a dizia respeito às horas extraordinárias e a 4.^a à não efectivação de represálias sobre os grevistas.

¹⁸⁶ Esta tese teve uma longa vida. Veja-se, por exemplo, a interpretação que David Ferreira apresenta no seu artigo «Grevés» do *Dicionário de História de Portugal*, cit.

¹⁸⁷ V. Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit.

¹⁸⁸ Oliveira Marques atribui esta imensa diminuição do corpo eleitoral à «preocupação de preparar um corpo consciente de cidadãos através da educação e de evitar o caciquismo tradicional». Para este historiador, durante a República ia-se conseguindo «algum progresso no sentido de uma representação popular legítima». Ele próprio dá a chave para esta interpretação ousada dos números: «[...] as cidades tinham significado maior do que as áreas rurais no que respeitava a uma votação legítima e consciente.» (A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, cit., pp. 257-259.)

seados em 1911 no País teriam votado 250 000, ou seja, cerca de 30 %. Ora a percentagem indicada, para esta mesma eleição, na primeira obra é de 60 %. Por ora teremos de usar o que existe. E as tabelas publicadas mostram-nos que em 1911 teriam votado cerca de 250 000 pessoas, número que baixa, logo em 1913, para 150 000. Em 1915, o número sobe para 280 000 e em 1918 para 514 000. Depois cresce lentamente dos 300 000 de 1919 para os 400 000 em 1925¹⁸⁹.

Apesar da impossibilidade de se obterem estatísticas rigorosas, uma coisa parece certa: à medida que os anos passavam, o eleitorado de Lisboa votava cada vez menos que o da província. Em 1911, 40 % do eleitorado nacional abstinha-se; na capital, essa percentagem descia para 13,4 %. É depois que a percentagem de abstenções lisboetas cresce muito, embora irregularmente: em 1913 era de 61,8 %, em 1915 de 48,2 %, em 1918 de 65 %, em 1919, de quase 80 %¹⁹⁰.

O novo regime acabaria por não dar aos trabalhadores nem as liberdades nem o bacalhau a pataco que lhes prometera. Nem sequer aboliu os pesados impostos que em Lisboa encareciam a alimentação. É verdade que, em 1910, a República publicou uma lei isentando do imposto alguns géneros (azeite, carne de porco e bovina), mas logo volta atrás em 1912. Só em 1922 serão esses odiosos impostos abolidos¹⁹¹. A desilusão com o milénio republicano acabou por fortalecer o sindicalismo revolucionário.

Instalada a República, as leis faziam-se, mas não se cumpriam; as eleições efectuavam-se, mas não representavam a vontade popular. Se o Estado monárquico estava divorciado dos operários e não atendia as suas reclamações, se os tributava com pesados impostos, se não havia o sufrágio universal e as eleições não eram «limpas», se impedia as liberdades públicas, se não protegia o trabalho nacional, tudo aspectos de que os metalúrgicos se haviam tantas vezes queixado, o que fizera de diferente o Estado republicano? Infelizmente, não temos testemunhos directos da opinião dos metalúrgicos sobre a República no poder. O diário da CGT relata com pormenor as lutas, reuniões e congressos de metalúrgicos e publica quase diariamente convocatórias sindicais e outras informações, o que nos leva a concluir pela sua divulgação dentro da classe metalúrgica¹⁹². Na ausência de um jornal corporativo, limitar-nos-emos, a terminar, a uma exposição das teses principais de *A Batalha* sobre a política, exposição que terá de ser necessariamente breve, até porque aquelas são pouco originais: o que ali se escrevia não diferia muito do que outros jornais estrangeiros da mesma corrente publicavam.

A opinião de *A Batalha* sobre os partidos é clara. Eles são sempre e todos perniciosos e inúteis. «Ficaram para aí», escrevem, «sem popularidade e sem prestígio, vivendo de votações eleitorais fictícias, forjadas no Ministério do Interior e que se traduziam sistematicamente numa grande maioria para o partido que ocupasse o poder.» O descrédito das instituições é geral. Uma das mais alvejadas é o Parlamento, visto como mera arma dos detentores da riqueza e circo de palradores inúteis. Os deputados são desprezados; as eleições consideradas uma burla. Em 1921, o jornal comunica, em tom jocoso, ser enorme o

¹⁸⁹ A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa*, cit., p. 610, e *História de Portugal*, cit., p. 257.

¹⁹⁰ O. Marques, *História de Portugal*, cit., p. 259. Para Oliveira Marques, estas abstenções eram sobretudo «sinónimo de apatia, despolitização, negligência e outras atitudes habituais na vida política dos países democráticos, nomeadamente em nações subdesenvolvidas», o que o impede de ver naquele comportamento político aquilo que ele de facto representava, isto é, uma rejeição do regime republicano.

¹⁹¹ M. Halpern Pereira, *Política e Economia*, cit.

¹⁹² Depois de 1904 e até 1927 não se conhece nenhum jornal metalúrgico. Durante um período publicou-se em Lisboa *O Serralheiro*. Já depois de fechada *A Batalha* publicou-se de novo um *O Eco Metalúrgico* (1927-33). *O Eco do Arsenal* publicava-se desde 1914, mas os arsenalistas constituíam um grupo demasiado diferente para que as suas opiniões possam ser tomadas como representativas da totalidade da classe.

entusiasmo pelas eleições próximas, mas que esse sentimento era visível, não no eleitor, mas nos futuros eleitos¹⁹³. Poucos dias antes, o mesmo jornal intitulava o seu editorial sobre o momento eleitoral: «Vamos rir.»

As fraudes eleitorais são duramente criticadas:

A engrenagem eleitoral está hoje tão perfeitamente montada que antes que as urnas falem já se sabe o que elas vão dizer.

Sobre a escolha dos deputados exprime-se também criticamente:

Os representantes da Nação no Parlamento, os tais representantes da soberania popular serão aqueles que os dirigentes dos partidos, e sobretudo do partido que ocupa o poder na ocasião das eleições, escolhem e impõem.

Com um eleitorado forçado, com fraudes, com recenseamento de mortos, a vitória de quem quer que estivesse no Governo era inevitável. A este estado de coisas contrapõe o jornal a acção directa, consagrada nos versos da *Internacional*:

Façamos nós, por nossas mãos, tudo o que a nós nos diz respeito.

Não interessa averiguar, embora seja obviamente importante, se as eleições republicanas eram na realidade o escândalo constantemente referido neste jornal operário. Basta saber como os operários consideravam a política e o voto. Era apenas para enriquecer uns tantos, e os piores, que as eleições serviam. Para fazer prosperar os que depois os exploravam. Era isto que a experiência lhes havia ensinado, como lhes ensinara a olhar as leis com desprezo. Num país em que os governantes se deleitavam a publicar decretos sem que alguém se preocupasse em fazê-los cumprir, não era para estranhar. Só tinha valor o que os operários conquistavam sem precisar de leis.

O sindicalismo revolucionário, de que os metalúrgicos virão a constituir uma das principais bases de apoio, rejeitava toda e qualquer actividade parlamentar e colaboração com os políticos. Para eles, mesmo o mais livre sufrágio jamais faria desaparecer a injustiça e a desigualdade. O Parlamento era uma aberração inútil, uma instituição incapaz de resolver os problemas nacionais, a democracia um logro da burguesia.

Concluindo, penso que, ao contrário do que por vezes tem sido defendido, o antiparlamentarismo operário derivou, não de uma forte consciência de classe, mas da exclusão das camadas trabalhadoras do sistema eleitoral português. A Monarquia decide restringir o voto em 1895 e 1901 não tanto pela ameaça operária, mas pela expansão dos republicanos. Entre 1878 e 1895, um sufrágio extraordinariamente alargado dera aos operários a inesperada, mesmo se formal, possibilidade de derrubar governos. Não consta que tivesse havido uma avalanche de operários às portas dos centros de recenseamento ou das assembleias de voto. Mas a porta estava aberta. Depois de 1895, suprimidos no sistema político, os conflitos operários deslocam-se para fora dele, para a sociedade, e assumem o carácter violento que conhecemos.

O Partido Socialista estagnava, enquanto crescia o sindicalismo. As associações de classe eram vistas como o único canal para obter melhorias e preparar a revolução. Ao contrário do que sucedia com os partidos, o Estado dificilmente podia impedir o acesso àquelas organizações. O sufrágio era agora visto como a

¹⁹³ *A Batalha* de 2 de Julho de 1921. Isto não quer necessariamente dizer que os operários fossem, na prática, indiferentes à questão do regime. Veja-se o que se passou em 1919 em Monsanto n' *A Batalha* de 28 de Agosto de 1919 e 18 de Janeiro de 1925.

maior das burlas, a cidadania como um mito: à expulsão do sistema de representação política segue-se a sua teorização no anarco-sindicalismo.

Analisei neste artigo a atitude dos metalúrgicos em relação ao desenvolvimento do capitalismo. A modernização do sector acabou por destruir algumas centenas de empregos tradicionais: perdidos por aldeias minhotas, tinham poucas possibilidades de protestar. Os metalúrgicos de Lisboa tinham outros problemas e viam o mundo de outro modo. Desejavam a modernização. Mas queriam simultaneamente a Siderurgia e as regalias antigas. A industrialização do País era um bem indiscutível. Por ela ansiavam. Por ela lutaram. Num país atrasado, pediam o protecçãoismo. Pediam que o trabalho não fosse encomendado ao estrangeiro. Pediam o impossível.

Portugal não tinha ferro nem carvão. O capital e a capacidade empresarial eram escassos, os mercados reduzidos. Mesmo sem a concorrência estrangeira, a metalurgia não encontrava um terreno fértil.

A transformação dos sindicatos de ofício em sindicatos únicos provocou resistências. O medo de perder a autonomia antiga era paralelo ao receio das burocracias modernas. Entre 1850 e 1920, a cultura tradicional do ofício tinha praticamente desaparecido. Os metalúrgicos já não lutavam contra a rigidez dos novos horários, nem pelo saneamento dos mestres seleccionados pela administração. Lutavam por mais salário e pelo direito à sindicalização. A guerra trouxe emprego certo e salários elevados. Durante uns anos procuraram sobretudo manter estes privilégios. Depois de 1923, apesar da retórica revolucionária, o desemprego e a inflação vão-lhes retirando a pouco e pouco poder e regalias.

A dispersão desta classe numerosa numa grande cidade fazia com que fosse quase impossível vigiar os metalúrgicos que se prestavam a obedecer às ordens dos patrões e a «furar» greves. O poder sindical era menor do que noutros casos. Muitas foram as greves derrotadas pela intransigência dos patrões, pela brutalidade da Polícia e pela facilidade em recrutar «amarelos». Mas a cidade não lhes era totalmente adversa. Se, no interior da fábrica, os metalúrgicos tinham menos poder do que, por exemplo, os vidreiros, eram todavia mais eficazes na agitação de rua. Eram os heróis dos comícios e manifestações. O número e a visibilidade davam-lhes poder.

O estudo termina com uma referência aos comportamentos políticos. O anti-parlamentarismo operário derivou da exclusão das camadas trabalhadoras do sistema eleitoral português, e não, como tem sido afirmado, da autonomia da sua consciência de classe. Entre os metalúrgicos e o movimento republicano existiram múltiplos canais de entajada e contacto. Durante a Monarquia lutaram juntos contra os impostos e pela defesa das liberdades. O divórcio e as desilusões vieram depois. A República no poder alienou os operários, contribuindo desta forma para a expansão do sindicalismo revolucionário. Os políticos passaram a ser vistos como uns aldrabões e o voto como uma burla: só a acção directa permitia alcançar benefícios. Negado o sufrágio, liquidadas as possibilidades de luta legal, o conflito teria de ser violento e directo.

Nem na Monarquia, nem na República, nem obviamente no Estado Novo existiu um sistema político pluripartidário e um sufrágio universal legítimo. Nenhum destes regimes conseguiu integrar o descontentamento popular. Nenhum foi capaz de dar às classes trabalhadoras o sufrágio universal que quase existira na década de 1880. Todos terão tornado impossível a alternância democrática.